



ACADEMIA MILITAR

Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria

Modelo de Informações Português no Teatro de Operações de Angola 1961-1974

Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria Daniel Gonçalves Valério

Orientador: Major de Infantaria Anselmo Melo Dias

Co-Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia Renato Assis

Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada

LISBOA, Junho de 2016



ACADEMIA MILITAR

Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria

Modelo de Informações Português no Teatro de Operações de Angola 1961-1974

Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria Daniel Gonçalves Valério

Orientador: Major de Infantaria Anselmo Melo Dias

Co-Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia Renato Assis

Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada

LISBOA, Junho de 2016

EPÍGRAFE

“The very essence of counterinsurgency is the collection of intelligence for the government.”

Lucian W. Pye

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, por todo o amor e dedicação ao longo de todos estes anos.

Obrigado por tudo.

AGRADECIMENTOS

Escrevo estes agradecimentos tendo em atenção que me é impossível referir todos aqueles que ao longo da minha vida, e sobretudo no meu percurso na Academia Militar, contribuíram para quem sou hoje e para atingir os objetivos a que me propus ao longo da minha vida. Apenas desejo que continuem ao meu lado nos anos vindouros, nas batalhas que se aproximam e que os tenha junto a mim nas minhas derrotas e vitórias. A todos vocês, um enorme Obrigado.

Agradeço ao meu Orientador, Major de Infantaria Anselmo Dias, pela entusiasmante abordagem e receptividade ao meu tema. A disponibilidade ao longo do meu trabalho foi total, sendo que a partilha do seu conhecimento e experiência foram uma ajuda preciosa no desenvolvimento do mesmo. Agradeço-lhe ainda a sua capacidade de me motivar a melhorar, levando-me a compreender a importância da temática sob qual me debruçava.

Agradeço à Direção de Curso do Curso de Cavalaria, nas pessoas do Tenente-Coronel Miguel Freire e Tenente-Coronel Carlos Gabriel, pelo acompanhamento ao longo destes dois anos e por me iniciarem naquilo que são as tradições, e o modo de estar e de trabalhar Cavaleiro.

Agradeço ao meu Curso de Cavalaria, por estes anos que vivemos juntos. Por todas as horas em dificuldade, por todos os momentos de felicidade, pelo que me ensinaram e por todas as situações em que me agarraram e me levaram em frente. Cresci ao vosso lado, como Pessoa e como Militar, e sei que todos avançamos para os novos desafios, lado-a-lado, e tendo em mente que procuramos ainda “Merecer o nome de Soldados.”.

Agradeço aos meus amigos, que ao longo de uma vida, me acompanharam nesta caminhada. Por todas as faltas que vos cometi ao longo destes anos e pela paciência e amizade que me dedicaram, este trabalho também é vosso.

Agradeço à minha Família por tudo o que me deram até hoje. Foi sempre em vocês que fui buscar a minha força. Agradeço especialmente aos meus Pais, a quem dedico este trabalho, por todo o amor que me dedicaram, por todos os momentos em que falhei e por toda a paciência que tiveram para mim. Foram, são e serão o meu modelo de vida. Agradeço-vos dentro do que as palavras podem expressar, tendo a consciência que não existem palavras que cheguem para vos demonstrar o que realmente sinto.

Agradeço-te a ti, Ana. Por todo o amor, carinho e dedicação ao longo destes anos. Tens sido o meu pilar ao longo desta minha aventura, e sempre foste a luz que me guiou perante a escuridão que tantas vezes se aproximava. Este trabalho é o culminar de uma aventura que partilhaste comigo, por isso a conquista é de ambos. Obrigado por tudo.

RESUMO

A presente investigação centra-se na temática das Informações no conflito entre Portugal e os Movimentos Independentistas de Angola no período de 1961 a 1974. Existindo uma extensa bibliografia centrada na componente das Operações, este trabalho explora outra vertente desenvolvendo a organização e a atividade de todas as entidades ligadas às Informações, procurando sistematizar a solução portuguesa na área das Informações para a guerra subversiva que combatia. O Objetivo Geral do trabalho visa “Descrever o Modelo de Informações Português no Teatro de Operações de Angola entre 1961-1974”. Para possibilitar essa descrição abordou-se a temática segundo um Modelo de análise de Informações apresentado pelo General Lucena, em que enquadra as Informações segundo três aceções, o Conhecimento, a Atividade e a Organização, centrando-se o trabalho na análise da Atividade e Organização. Enquadrado pelo Modelo de análise já referido e pretendendo responder aos objetivos utilizou-se o método dedutivo e a nível de procedimentos, o método histórico. Conclui-se que o Modelo de Informações Português foi evoluindo ao longo do tempo e reflete a doutrina portuguesa desenvolvida no período do conflito. A existência de agentes de informações, entidades militares e civis, que se especializaram na dimensão de recolha e tratamento de Informações foi significativa. A especialização na pesquisa, na análise ou na fiscalização garantiu uma rentabilização de meios. A criação de uma estrutura civil-militar e a partilha de informações nessa estrutura, demonstra um comando centralizado para este período, garantindo uma abordagem holística e integrada na compreensão do problema da subversão.

Palavras-Chave: Informações, Angola, SIM, PIDE, SCCIA

ABSTRACT

The present investigation is focused on the Intelligence theme, regarding the conflict between Portugal and the Independent Movements of Angola in the period between 1961 and 1974. There is an extended bibliography centered on the Operations component, however this investigation explores another subject, the organization and the activity developed by all entities connected to Intelligence, aiming to systematize the Portuguese solution to the Intelligence area for the subversive war. The general purpose of this investigation is to “Describe the Portuguese Intelligence Model in the Theater of Operations of Angola between 1961 and 1974”. For this description to be possible, the theme was approached according to an Intelligence analysis model, presented by General Lucena, which explains that Intelligence can be seen according to three perspectives: Knowledge, Activity and Organization, and this work is focused on two of them, Activity and Organization. Framed by the model already mentioned and aiming to answer the proposed objectives, a deductive model was used. Regarding the procedures, it was employed a history model. It can be concluded that the Portuguese Intelligence Model evolved over time reflecting the Portuguese doctrine developed throughout the conflict. The existence of information agents and civil and military entities, which specialized in the collection and treatment of intelligence, was significant. Specialization in research, analysis or monitoring assured the better use of assets. The creation of a military-civil structure and the sharing of intelligence demonstrates a centralized command, assuring the holistic approach integrated in the comprehension of the subversive problem.

Keywords: Intelligence, Angola, SIM, PIDE, SCCIA

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	x
ÍNDICE DE TABELAS.....	xi
LISTA DE APÊNDICES.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. REVISÃO DE LITERATURA E ENQUADRAMENTO	3
1.1. Estado da Arte	3
1.2. Enquadramento Teórico	12
1.2.1. Guerra Subversiva.....	12
1.2.2. Informações	14
1.2.2.1. Conceito	14
1.2.2.2. Evolução da Doutrina de Informações em Portugal	15
1.2.2.3. As Informações na Guerra Subversiva	17
1.2.2.4. Ciclo da Produção da Informação	19
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA.....	21

CAPÍTULO 3. SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ANGOLA	24
3.1. Organização da Estrutura do Sistema de Informações	24
3.2. Sistema de Informações em Angola	26
3.3. Estrutura de Contra-Subversão.....	28
3.3.1. Sistema de Informações na Estrutura de Contra-Subversão	30
CAPÍTULO 4. OPERACIONALIZAÇÃO DO CICLO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	33
4.1. Orientação do Esforço de Pesquisa.....	33
4.2. Pesquisa de Notícias	36
4.3. Processamento de notícias	39
4.4. Exploração e disseminação das informações resultantes.....	40
CAPÍTULO 5. PROCESSOS DE RECOLHA DE NOTÍCIAS	43
5.1. Organização dos meios de pesquisa e o seu emprego	43
5.1.1. HUMINT.....	46
5.1.2. Outras Disciplinas de Informações.....	50
CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES	54
Bibliografia.....	57
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – PORTUGAL EM 1961	I
APÊNDICE B – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA, GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA DE ANGOLA.....	III
APÊNDICE C – CONFLITO EM ANGOLA E MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS.....	V
APÊNDICE D – CONSTITUIÇÃO CONSELHOS DA ESTRUTURA DE CONTRA-SUBVERSÃO.....	IX
APÊNDICE E – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ANGOLA.....	XII

APÊNDICE F – SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ANGOLA COM FUNÇÃO DESEMPENHADA NO CPI.....	XIII
APÊNDICE G – RELAÇÃO ENTRE EEI E RESPOSTAS OBTIDAS PELO AGRUPAMENTO RAO NA OPERAÇÃO ROJÃO.....	XIV
APÊNDICE H – FASE DE PROCESSAMENTO DE NOTÍCIAS DO CPI	xv
APÊNDICE I – ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA DE NOTÍCIAS POR DISCIPLINAS DE INFORMAÇÕES EM ANGOLA	XVI

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema da organização do Sistema de Informações em Angola	XII
Figura 2 - Sistema de Informações em Angola com Função da entidade	XIII
Figura 3 - Modelo de Análise do Estudo	XVII

INDÍCE DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre EEI e respostas obtidas.....	XIV
Tabela 2 - Fase de Processamento de Notícias do CPI	XV
Tabela 3 - Disciplinas de Informações com as suas respectivas Origens de Notícias, Órgãos de Pesquisa e Análise.....	XVI

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Portugal em 1961

Apêndice B – Caracterização Física, Geográfica e Administrativa de Angola

Apêndice C – Conflito em Angola e Movimentos Independentistas

Apêndice D – Constituição dos Conselhos da Estrutura de Contra-Subversão

Apêndice E – Organização do Sistema de Informações em Angola

Apêndice F – Sistema de Informações em Angola com Função desempenhada no CPI

Apêndice G – Relação entre EEI e respostas obtidas pelo Agrupamento RAIO na operação ROJÃO

Apêndice H – Fase de Processamento de Notícias do CPI

Apêndice I – Organização da pesquisa de notícias por Disciplinas de Informações em Angola

Apêndice J – Modelo de Análise

LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS E ACRÓNIMOS

AOp	Área de Operações
CCFAA	Comando-Chefe das Forças Armadas em Angola
CECA	Comissão Estudo das Campanhas de África
CHERET	Chefia do Reconhecimento de Transmissões
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNA	Comando Naval de Angola
CPCS	Conselho Provincial de Contra-Subversão
CPI	Ciclo de Produção de Informação
EEI	Elementos Essenciais de Informação
EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FA	Força Aérea
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GRP	Governo da República Portuguesa
GGA	Governo-Geral de Angola
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IMINT	<i>Imagery Intelligence</i>
INTSUM	Sumários de Informações
IUM	Instituto Universitário Militar
LP	Legião Portuguesa
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA	Movimento Popular Libertação Angola
MU	Ministério do Ultramar
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>

OE	Objetivo Específico
PCA	Partido Comunista de Angola
PERINTREP	Relatório Periódico de Informações
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PLUA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PU	Pequenas Unidades
QC	Questão Central
QD	Questões Derivadas
QG	Quartel-General
RC	Regulamento de Campanha
RELIM	Relatório Imediato
RMA	Região Militar de Angola
RVIS	Reconhecimento Visual de Informação Sistemática
SCCIA	Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Angola
SIGINT	<i>Signals Intelligence</i>
SIM	Serviço Informações Militares
SITREP	Relatórios de Situação
SRT	Serviço de Reconhecimento de Transmissões
SUPINTREP	Relatório Suplementar de Informações
TECHINT	<i>Technical Intelligence</i>
TO	Teatro de Operações
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
ZML	Zona Militar Leste
ZSN	Zona Sublevada do Norte

INTRODUÇÃO

O presente trabalho enquadra-se no Mestrado Integrado de Ciências Militares, especialidade de Cavalaria da Academia Militar, sendo o trabalho final do Mestrado e assumindo a forma de Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada. Subordina-se a um tema premente para a Defesa e pretende demonstrar a solução portuguesa para a atividade das Informações em Angola durante o período de 1961-1974. Pretendemos demonstrar a evolução da organização e da atividade das Informações ao longo do período em estudo. Acreditamos que o estudo desta área pode proporcionar lições para o desenvolvimento de novas abordagens para operações na atualidade.

A predominância do estudo da Guerra centra-se nas Operações. Torna-se no entanto importante desenvolver estudos nas áreas que apoiam as Operações, sendo as Informações uma área cujos estudos ainda não estão muito desenvolvidos, sobretudo na época da guerra em África. Apesar da existência de alguma bibliografia, é importante existir um esforço de sistematização de conceitos e conhecimento. Essa sistematização é importante para garantir uma visão de conjunto de um sistema que correspondeu às necessidades e evidenciou uma evolução para responder às alterações que surgiram no conflito.

Os últimos conflitos têm sido de carácter irregular/subversivo, sendo por isso pertinente estudar o seu desenvolvimento e a resposta contra-subversiva. Um conflito desses representa um especial trabalho para as Informações, como evidenciado pela Revisão de Literatura, que aponta os problemas na atividade das informações como uma das causas para a dificuldade em ganhar vantagem nos recentes conflitos no Afeganistão e Iraque. Portugal combateu uma guerra subversiva e percebeu a importância das Informações sendo que criou uma estrutura que demonstra a importância atribuída a esta atividade.

Com esta ideia em mente, estabeleceu-se como Objetivo Geral (OG) do trabalho, “Descrever o Modelo de Informações Português no TO de Angola entre 1961-1974” sendo que para isso são estruturados três Objetivos Específicos (OE):

- O OE 1, “Descrever a estrutura do Sistema de Informações no TO de Angola entre 1961-1974”
- O OE 2, “Descrever a operacionalização do Ciclo de Produção de Informações no TO de Angola entre 1961-1974”
- O OE 3, “Descrever a organização dos órgãos de pesquisa e processos de pesquisa de notícias no TO de Angola entre 1961-1974”.

Foi levantada assim uma Questão Central (QC) que pretende garantir uma resposta e cumprir o OG do trabalho. Esta é “Quais as características do Modelo de Informações Português no TO de Angola entre 1961-1974?”.

O trabalho está estruturado em 5 Capítulos, tendo-se abordado o estudo das Informações segundo três Aceções: a sua Atividade; Organização; Conhecimento. Sendo assim o trabalho está organizado para o estudo da Atividade e Organização. Quanto à Organização, o capítulo 3 procura explicá-la, sendo aqui respondida a Questão Derivada (QD) 1. Quanto à Atividade esta é demonstrada no capítulo 4 e 5. O capítulo 4 é subordinado à operacionalização do Ciclo Produção de Informações (CPI), exemplificando o que era executado e por quem nas suas diferentes fases, respondendo assim à QD2. O capítulo 5 demonstra a organização das fontes de notícias por disciplinas de informações e a atividade desenvolvida pelos órgãos de pesquisa dentro de cada uma dessas disciplinas, respondendo assim à QD3. No final do trabalho estão explanadas as Conclusões, com a resposta à Questão Central, as limitações sentidas e recomendações para futuros estudos nesta área.

CAPÍTULO 1. REVISÃO DE LITERATURA E ENQUADRAMENTO

1.1. Estado da Arte

“Conhece-te a ti e ao teu inimigo, e em cem batalhas que sejam, nunca correrás perigo. Quando te conheces mas desconheces o teu inimigo, as tuas hipóteses de perder ou de ganhar são iguais. Se te desconheces e ao teu inimigo também, é certo que, em qualquer batalha, correrás perigo.” (Sun-Tzu, 2002, p. 67). As Informações são, como Sun Tzu refere, uma das ferramentas que desde há milénios norteia o pensamento de um comandante, já que as “...empregam para tornar as suas decisões tão racionais quanto possível.” (Pinto R. , 2001, p. 291). Torna-se assim importante estudar o emprego deste recurso, as Informações, para melhorar o seu rendimento e consequentemente as decisões que delas derivam.

A reflexão sobre as Informações no conflito subversivo em África (1961-1974) tem já alguma base de trabalho, sobretudo de síntese dos meios empregues, da organização do Sistema de Informações (SI) militar e civil, da sua coordenação ao mesmo nível hierárquico e entre níveis diferentes, a sua disseminação em termos de dispositivo e a lógica enquadrante do mesmo.

A preocupação com a temática das Informações era, já no início do conflito, bastante premente, como demonstra o artigo “Informação e Contra-Informação Militar em ambiente de Guerra Subversiva” de 1961. Este artigo explica a importância da informação já que segundo Costa (1961), para conseguir superioridade neste tipo de conflitualidade, é necessário garantir-se a confiança da população, contrariando as campanhas de descrédito promovidas pelos movimentos de libertação, em que se torna necessário “... conhecer, o mais possível dos hábitos e métodos de atuação dos terroristas.” (Costa, 1961, p. 147) , com isto em vista, percebe-se a ligação das Informações com a Ação Psicológica já que esta visa “... influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o

comportamento dos meios amigos, neutros e adversos...” (Estado-Maior do Exército [EME], 1966c, p. I - 1). O artigo explica as principais fontes de notícias, sobretudo fontes humanas, a denominada *Human Intelligence*¹ (HUMINT), nomeadamente agentes, informadores locais, população, órgãos exteriores ao território sublevado, pessoal inimigo e documentos capturados. É importante retirar conclusões desta abordagem em relação às fontes de informação a que o autor recorreu. Este centra-se sobretudo em fontes “não-militares”, não abordando praticamente o emprego de forças militares para reconhecimento. Esta ideia demonstra a perceção de um conflito diferente e da necessidade de adaptação exigida. Pereira da Costa explica também a lógica subjacente à utilização das informações, enfatizando a existência de iniciativa para o aproveitamento imediato de notícias recolhidas, mas adverte que esta exploração deve ser bem ponderada já que se corre o risco de, com a exploração imediata, existir a possibilidade de perder a oportunidade de executar operações de maior envergadura. O autor explica ainda a importância de utilizar agentes e informadores, relacionando-os com o uso destes por forças de segurança, explicando que se deve procurar uma coordenação com todas as organizações e instituições no terreno, demonstrando assim um pensamento de centralização e coordenação de informações. Conclui explicando que a lógica subjacente à aplicação das atividades de Informações são semelhantes às de um conflito convencional mas que no entanto exigem procedimentos e técnicas diferentes, cuja adaptação se deve centrar na tipologia de inimigo que se combate.

O estudo feito pela Comissão Estudo das Campanhas de África (CECA) nos livros “Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África”, nomeadamente no 1º Volume, explica o enquadramento doutrinário das Informações em Portugal no período pré-guerra de África, quando se verificou a entrada de Portugal na *North Atlantic Treaty Organization* (NATO)², os serviços de informação civis, as alterações levadas a cabo para fazer face ao início do conflito em Angola e a sua atuação ao longo do conflito. Explica a atuação segundo o CPI e segundo os diferentes níveis³, e distingue as diferentes necessidades de informação a cada nível. Aborda ainda a coordenação e operacionalização das informações militares com os serviços civis. Este livro complementa-se com os “Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África” que explica a lógica seguida para adaptar a

¹ HUMINT é uma disciplina de informações na doutrina vigente. Esta disciplina caracteriza-se pelas notícias obtidas através de fontes humanas.

² Portugal adere como país fundador à NATO em 1949. Existe a partir desse momento uma profunda adaptação da doutrina portuguesa à dos países aliados como refere Marcos (2012) e Rodrigues (2012).

³ O Regulamento de Campanha de Informações (1966) apenas prevê o Nível Tático e o Nível Estratégico de Informações.

doutrina das Informações segundo o racional do manual “O Exército na Guerra Subversiva” e descreve a organização portuguesa, criticando as suas deficiências, relacionando-as com as dificuldades sentidas no terreno.

John Cann, no seu livro “Counterinsurgency in Africa”, dedica um capítulo ao que descreve como “...a chave para a vitória em contra-subversão...”⁴ (Cann, 2012, p. 132). Apoia a sua pesquisa nos livros da CECA, já abordados e enunciado o objeto de estudo em relação às informações, e em entrevistas a alguns dos principais intervenientes nesta área, como o General Pedro Cardoso, Brigadeiro Renato Marques Pinto e Óscar Cardoso. O seu estudo é, inicialmente, sobre a organização dos serviços de informações e a sua articulação, e embora pretendendo apenas garantir uma visualização geral desta, garante a explicação dos principais intervenientes, da sua estrutura e funcionamento. O restante do capítulo é dedicado à explicação dos diversos vetores de pesquisa de informação empregues, onde se destacam os reconhecimentos terrestres, reconhecimentos aéreos, captura de elementos dos movimentos, documentos e material e por último o uso de agentes e informadores infiltrados. Explica as diversas técnicas dentro de cada vetor de pesquisa, detalhando-as e explicando o tipo de forças que as executavam, ilustrando com exemplos de ações e/ou acontecimentos. Finaliza o seu estudo específico sobre esta temática com uma análise do funcionamento do sistema de informações, aprovando a lógica portuguesa e referindo que “... o sistema parecia funcionar relativamente bem...”⁵ (Cann, 2012, p. 132), concluindo que “A contribuição de uma boa rede de informações foi um dos fatores essenciais para a capacidade de Portugal manter um conflito durante 13 anos e para empregar os seus recursos limitados para controlar a ameaça das guerrilhas”⁶ (Cann, 2012, p. 132).

Cann escreveu ainda a obra “The Flechas – Insurgent Hunting in East Angola, 1965-1974”, que versa sobre os Flechas⁷, as motivações para a sua criação, como era o seu treino, como estavam organizados e quais as missões que desempenhavam, vocacionados para a pesquisa de informações e apoio a forças militares regulares. O livro aponta para a

⁴ Tradução do autor para “... the key to Counterinsurgency...”

⁵ Tradução do autor para “... the system in all three theaters appeared to work relatively well...”

⁶ Tradução do autor para “The contribution of a good intelligence network was one of the decisive factors in Portugal’s ability to sustain the conflict for thirteen years and to employ its limited resources in effectively controlling the guerrilla threat.”

⁷ Os Flechas foram uma força criada em 1965 pelo Inspector da PIDE Óscar Cardoso, para lhe garantir a capacidade de pesquisa de notícias em ambiente operacional. Esta força era constituída por bosquímanos, com apurado sentido de pistagem, adaptação para sobrevivência e conhecimento do terreno. Aliar essas qualidades ao treino militar, garantiu forças de confiança e extremamente reputadas pela sua eficiência, segundo Cann (2013).

demonstração das vantagens em utilizar forças autóctones, o que as deixa em pé-de-igualdade com as forças dos movimentos independentistas e como Portugal, especificamente a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), apostou no desenvolvimento desta Força.

Para o estudo da estrutura de Informações em Portugal no período do Estado Novo, o livro “Espionagem e Contraespionagem em Portugal” de José Manuel Duarte de Jesus é essencial. O autor explica a evolução da estrutura e trabalho da PIDE, da Legião Portuguesa (LP) e ainda do Ministério do Ultramar (MU) e das Forças Armadas. Abrange ainda casos em que a estrutura política de topo utilizou os “... non-state-agents.” (Jesus, 2015, p. 57) e conclui a sua obra com a história da evolução dos serviços de informação desde o 25 de Abril até à atualidade. Esta obra garante uma visão geral da articulação Metrópole-Províncias Ultramarinas e dos serviços nas Províncias, e demonstra como apesar de ter existido um esforço para garantir a partilha de informações, esta não foi garantida realmente. Como refere na sua obra “... a PIDE não enviava informações sensíveis para as Forças Armadas, pois não confiava nelas, estabeleceu-se um mau clima entre ambas em prejuízo do aparelho de Informações Militares.” (Jesus, 2015, p. 50). Focou-se também na análise ao uso dos “non-state-agents” já quando refere que “Salazar partia do princípio de que reduzir ao máximo a partilha do Poder é uma forma de controlar e fazer perdurar a ideologia e o sistema do Estado Novo.” (Jesus, 2015, p. 57). Garantido assim a análise a um longo período da história das Informações em Portugal, e centrada no período em estudo, esta obra introduz a abordagem ao nível Estratégico das Informações, garantido a perceção do enquadramento hierarquicamente superior do sistema de Informações nos Teatros de Operações (TO).

Sendo a PIDE um dos grandes pilares do regime, e estando a sua ação virada, naturalmente, para a temática das Informações, é importante perceber o papel da PIDE ao longo do conflito. Existindo várias obras, já previamente abordadas neste trabalho, que explicam as relações entre a PIDE, Serviços de Informações Militar (SIM) e os Serviços Informações civis, importa referir a obra “A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974” de Dalila Cabrita Mateus que representa um estudo aprofundado da organização, estrutura e missões da PIDE. A obra foca o estudo da evolução da articulação da PIDE nas províncias ultramarinas desde o período pré-conflitual até ao fim da guerra, estudando o perfil dos seus membros e da sua evolução na organização. Após esse estudo, concentra-se na explicação do trabalho da PIDE, na sua valência mais policial/repressiva e técnicas empregues, que trabalha também vocacionada para a recolha de informações. Posteriormente estuda as

operações que a PIDE efetuou, explicando todo o decorrer da operação, com o objetivo de demonstrar as práticas desta organização. Dalila Mateus trabalha também especificamente a área das Informações, mas esta parte do estudo centra-se nos conhecimentos que a PIDE tinha sobre os movimentos independentistas em diversos aspetos (bases, organização, armamento, doutrina). Esta obra é, sem dúvida, uma referência, mas é nossa opinião que peca por não apresentar os processos de análise e disseminação de informações. Seria também importante estudar o trabalho feito no terreno em operações decorrentes das diretivas operacionais, e não apenas as grandes operações.

Existem também referências às Informações nos livros “Guerra Colonial” e “Os anos da Guerra Colonial” de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes. É no primeiro que o tema é mais desenvolvido, explicando em termos gerais os serviços que existiam e as missões das unidades responsáveis pela recolha de notícias. Estes trechos visam demonstrar a importância das Informações num conflito em que adversário se dilui no meio da população e as forças portuguesas visam aumentar a influência que se exerce sobre esta. É relevante no livro “Guerra Colonial”, a existência de um esquema que garante a compreensão da rede de Informações desde o Presidente do Conselho de Ministros até às Regiões Militares. Os autores abordam também, ainda que apenas brevemente, o sistema de informações dos movimentos de libertação, possibilitando-nos a visão da organização do mesmo.

O livro “A Guerra de África (1961-1974)” de José Freire Antunes, é uma coletânea de artigos de personalidades envolvidas no conflito africano, que visa abarcar todas as temáticas do conflito segundo os relatos pessoais dos envolvidos. A temática das Informações é objeto de 3 artigos, cujos autores são Renato Marques Pinto, Pedro Cardoso e Óscar Cardoso, autores estes com vasta bibliografia na temática das Informações.

Renato Marques Pinto⁸ escreve um artigo denominado “As Informações”, em que de forma concisa, descreve a estrutura das Informações (do ponto de vista pessoal) e a sua evolução, explicando o porquê da mesma. Descreve as diferentes organizações envolvidas, as muitas fricções entre as mesmas e o resultado, algumas vezes, tão prejudicial disso. Explica o CPI ao nível do TO, desde os meios disponíveis aos serviços/unidades responsáveis pela recolha de notícias, e como o faziam, quem executava a análise e processamento e a posterior disseminação. Analisa também os meios de pesquisa segundo

⁸ O General Renato Marques Pinto nasceu em 1925, foi Chefe da 2ªRep/QG/RMA entre 1963 e 1965, diretor dos SCCIA entre 1965 e 1968, Chefe de Estado-Maior do QG/RMM em 1974, Chefe da 2ª Div/EMGFA em 1977.

as diferentes disciplinas de Informações, relacionando-as assim, com o que se executava na prática. Tendo chefiado o Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA), explica ainda o funcionamento deste serviço em detalhe e as dificuldades encontradas na coordenação com a PIDE. Esta descrição garante uma riqueza enorme ao artigo, visto que os SCCIA são referidos na maioria da bibliografia mas a sua organização, métodos de trabalho e constituição raramente são desenvolvidos. Este autor escreveu também o artigo “Os militares e as Informações” no livro “Informações e Segurança”, onde aborda de uma forma pessoal a sua preparação, em conjunção com Pedro Cardoso, para a temática das Informações, antes do conflito em Inglaterra⁹. Explicando o curso que realizou e as “novidades” que distinguiam a doutrina portuguesa da inglesa, discorre sobre as temáticas abordadas. É de realçar que o curso tinha uma forte vertente teórico-prática, “... como interrogatório de prisioneiros [...] a interpretação de fotografias aéreas, exercícios em caixa de areia, a leitura de cartas e produção de documentos.” (Moreira, 2004, p. 472), sendo estas as técnicas que Portugal vai aplicar posteriormente no conflito, fruto da experiência retirada neste curso. Após isso, o artigo foca-se no período do conflito, seguindo o mesmo racional e conteúdo do artigo previamente mencionado. De grande importância é o surgimento da “pesquisa técnica”, que se centra “... no campo das imagens captadas do ar e no da escuta de comunicações e outros sinais electrónicos.” (Moreira, 2004, p. 473). Este desenvolvimento viria a tornar a *Signals Intelligence*¹⁰ (SIGINT) e *Imagery Intelligence*¹¹ (IMINT) sendo determinante para o emprego dos meios em África. O paradigma do uso deste tipo de informações era o de complementar/ser complementadas pelo uso da “pesquisa humana”, segundo Renato Marques Pinto (Moreira, 2004, p. 473). O autor clarifica a preparação doutrinária para o conflito e o surgimento dos SCCIA e o seu desenvolvimento, os problemas que enfrentaram e a sua utilidade ao longo do conflito. Renato Marques Pinto explica por fim o funcionamento geral da 2ª Rep/Quartel-General (QG)/RMA e toda a estrutura de informações. A explicação das 4 vertentes da pesquisa de notícias é relevante porque garante um paralelo com o que foi estudado e trabalhado durante a frequência do curso em Inglaterra. Este paralelismo permite a perceção da pertinência da preparação

⁹ O Brig Renato Marques Pinto e o Gen Pedro Cardoso foram alguns dos militares que frequentaram a Escola de Informações Militares do Exército Britânico em Maresfield.

¹⁰ SIGINT é uma disciplina de Informações, segundo a doutrina vigente. Caracteriza-se pelas suas origens de notícias serem electromagnéticas.

¹¹ IMINT é uma disciplina de Informações, segundo a doutrina vigente. Caracteriza-se pelas suas origens de notícias serem imagens.

atempada dos oficiais antes do conflito, permitindo assim uma rápida adaptação do pensamento e doutrina portuguesa a um novo tipo de conflito.

O artigo “Intelligence, the Key to Counterinsurgency”, de Renato Marques Pinto (1997) é já diferente no seu objetivo, visto que em vez de se dedicar a Angola, dá uma visão das Informações nos 3 TO, procurando explicar as semelhanças entre eles e justificar as diferenças que se encontradas, quer por razões do terreno, quer do Inimigo ou até de limitações de meios e/ou pessoal. Torna-se importante perceber as razões das diferenças entre os TO, garantindo assim a explicação para lógicas diferentes. A necessidade de adaptação/flexibilidade é imperiosa em qualquer conflito, principalmente quando o Inimigo não é convencional.

O General Pedro Cardoso¹² escreve também sobre a temática das Informações. O seu livro, “As Informações em Portugal”, é uma das obras mais importantes sobre o tema. Aborda a história das Informações em Portugal desde o tempo medieval até ao 25 de Novembro de 1975, enquadrando sempre a história portuguesa, a conflitualidade presente em cada momento e a relação com a evolução das estruturas de Informações. Explica posteriormente a criação do Sistema de Informações da República Portuguesa, da relação das Informações com o Serviço Diplomático e ainda as Informações nos países de língua portuguesa. O vasto período temporal não permite um estudo aprofundado de cada período, no entanto permite uma visão geral das origens e evolução das Informações em Portugal. Debruçando-se no período das guerras de África, debate a criação das estruturas de Centralização e Coordenação de Informações, bem como os processos de difusão de notícias e informações. Reconhece a importância do esforço feito nas províncias ultramarinas, sendo crítico na falta de um serviço centralizado na metrópole. O seu artigo, no livro de Freire Antunes, debate a sua experiência neste período, garantindo uma visão pessoal da atividade inicial das Informações em Angola e posteriormente na Guiné.

O mais recente estudo em Portugal, subordinado à temática das Informações em Angola no período em estudo, é produzido pelo Instituto Universitário Militar (IUM), pelos Capitães Milton Pais, João Polho, Jorge Louro e António Monteiro, subordinado ao tema “A Função de Combate Informações na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974).”. Este trabalho explica as estruturas de informações em Angola e os órgãos de

¹² O General Pedro Cardoso nasceu em 1922, foi diretor do Centro de Informação e Turismo de Angola de 1961 a 1962, foi Chefe da 2ª Rep/QG/RMM de 1966 a 1968, Secretário-Geral da Província da Guiné de 1968 a 1972, foi Chefe de Estado-Maior do Exército de 1978 a 1981.

pesquisa, procedendo depois para o Ciclo de Produção de Informações e explicando cada fase. Procuram depois desenvolver a articulação entre as diversas entidades e o impacto da africanização para as Informações. O texto comprova a importância das informações, a flexibilidade demonstrada para adaptar as Informações às necessidades e a evolução nas relações entre entidades. A premência do trabalho é notória, já que este sistematiza a bibliografia disponível, sendo apoiado por entrevistas a alguns dos principais intervenientes nesta atividade.

Importa também referir o estudo do General Lucena com o título “Tipologia e Hierarquização das Ameças - A Importância das Informações. Tipos de Sistemas de Informações”. Este artigo aborda a temática das Informações segundo a lógica da sua necessidade. Inicia por expor o enquadramento do conceito da ameaça, explicando a sua caracterização, hierarquização e os diversos tipos. Tendo em mente as diversas tipologias de ameaça, demonstra a importância das informações para fazer face à mesma. Para o presente trabalho, o mais relevante é, no entanto a abordagem às Informações, sendo que é estruturada segundo três aceções: a do Conhecimento, a da Atividade e a da Organização. O Conhecimento representa os produtos resultantes da Atividade, sendo o objeto das Informações. A Atividade que por sua vez é o emprego de meios e a atuação de toda a estrutura. Por fim, a Organização é a estrutura, com as suas entidades, ligações e diversas funções. Esta abordagem vai servir de Modelo de Abordagem ao presente trabalho, procurando-se estudar a Organização e Atividade do sistema de informações em Angola no período em estudo.

Com as recentes guerras no Iraque e Afeganistão, que assumiram um carácter subversivo, existem vários trabalhos que desenvolvem a doutrina e técnicas a ser aplicadas por forças contra-subversivas. A área das Informações foi considerada como fundamental já que “Para os governos ocidentais, a atual experiência no Afeganistão veio demonstrar o facto que boas informações são absolutamente críticas para um conflito moderno, assimétrico e de baixa-intensidade”¹³ (Richards, 2013, p. 187).

Dentro da temática das operações de contra-subversão, David Kilcullen¹⁴ desenvolve várias obras nomeadamente “Counterinsurgency”, “Out of the Mountains” e “Accidental

¹³ Tradução do autor

¹⁴ O Tenente-Coronel (Reserva) David Kilcullen cumpriu missões de operações de apoio à paz em Timor e no Médio Oriente. Tem diversas obras publicadas sobre contra-subversão. Fez parte do grupo que

Guerrila”, sendo que nestas descreve o fenómeno subversivo baseado nas suas experiências bem como em estudos posteriores. Kilcullen aborda desde o nível de companhia até à estratégia geral para derrotar um movimento subversivo, sendo que a todos os níveis descreve a importância das informações, explicando que “Em contra-subversão, matar o inimigo é fácil. Descobri-lo é normalmente quase impossível.”¹⁵ (Kilcullen, 2010, p. 31).

Entre a bibliografia sobre a temática das informações na atualidade numa guerra subversiva importa referir “Why Defeating Insurgencies Is Hard: The Effect of Intelligence in Counterinsurgency Operations - A Best-Case Scenario”, onde os autores procuram modelar matematicamente a importância da Informação, ainda que considerando outros fatores como a atrição para combater movimentos subversivos. Esta modelação permite-nos perceber as dificuldades que uma entidade tem ao responder a uma subversão, e explicita a impossibilidade de uma vitória, no artigo referida como a contenção da subversão, sem o uso adequado das Informações. Esta abordagem matemática demonstra claramente o peso das Informações na luta anti-subversiva.

Quanto ao artigo “Intelligence Learning and Adaptation: Lessons from Counterinsurgency Wars”, demonstra através do estudo de vários conflitos subversivos [incluindo o português] a importância da adaptação e flexibilidade para responder à subversão. Caso a caso demonstra os fatores que levaram ao sucesso, concluindo que os países que adaptaram as informações às necessidades obtiveram maior sucesso. Refere ainda que Portugal foi um dos países estudados, um dos que garantiu uns dos melhores serviços de informações, bem como a sua integração, daí considerar a campanha contra-subversiva portuguesa como bem sucedida. No final compara estas campanhas com as americanas e demonstra a necessidade de desenvolver o sistema de informações americano para responder às suas campanhas (Gentry, 2010).

É ainda relevante referir o artigo “Organizing Intelligence for Counterinsurgency” que visa esclarecer a importância das informações a todos os níveis numa campanha contra-subversiva. Dando exemplos de pontos fortes e fracos no Afeganistão e Iraque, explica o processo de trabalho das informações e propõe alterações para melhorar esse mesmo processo. Sistematiza o racional das informações em 6 princípios: “As Informações em contra-subversão são sobre pessoas; Contra-subversão é uma guerra de Informações; As

escreveu o FM “3-24 Counterinsurgency”, que reflete a doutrina americana para contra-subversão. Foi também conselheiro do Gen Petraeus e da então Secretária de Estado, Condoleezza Rice.

¹⁵ Tradução do autor

Operações e Informações devem alimentar-se uma à outra; Todas as operações têm uma componente de informações; As subversões são locais, variam bastante no tempo e espaço; Num ambiente conjunto-combinado, todos os escalões devem trabalhar as Informações”¹⁶ (Teamey & Sweet, 2006, p. 28).

1.2. Enquadramento Teórico

1.2.1. Guerra Subversiva

Os movimentos independentistas¹⁷ evoluíram de uma luta política, que derivava dos movimentos anticolonialistas após a II Guerra Mundial, para a luta armada. Sendo assim, desenvolveram um tipo de conflito não convencional baseado em experiências noutros conflitos de carácter anticolonialista, tendo Portugal de se adaptar. Esta adaptação foi feita com base no trabalho desenvolvido após cursos de Informações em Inglaterra¹⁸ [que tinha combatido já uma guerra subversiva na Malásia] e nas observações e posteriores relatórios dos oficiais que acompanharam forças francesas na Argélia¹⁹. Estes oficiais trouxeram para Portugal a doutrina praticada por estes países, tendo traduzido os manuais para português e com base nos relatórios das missões, começou a trabalhar numa doutrina nacional para fazer face a este tipo de conflito. Esta doutrina tomou inicialmente a forma de “Apontamentos para o Emprego das Forças Militares em Guerra Subversiva”, e foi criada sob a supervisão do Tenente-Coronel Nunes da Silva²⁰, apoiado pelo Curso de Estado-Maior (EM) de 1961-1962. Esta forma de combater forças irregulares foi denominada de Guerra Subversiva.

A Guerra Subversiva foi definida na fase inicial do conflito como “... uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, reforçados e

¹⁶ Tradução do autor

¹⁷ Ver Apêndice C

¹⁸ O General Pedro Cardoso trouxe o livro “Keeping the Peace (Duties in Support of the Civil Power)” que foi traduzido pelos então Capitães Renato Marques Pinto e Remígio dos Santos

¹⁹ Em 1956, uma missão de 6 oficiais portugueses, liderada pelo Major Pinheiro, e constituído pelos capitães Costa Matos, José Basto Correia, Nuno de Almeida Frazão, Emiliano Quinhones de Magalhães e José Almiro Canelhas deslocou-se à Argélia para frequentar um estágio de luta anti-subversiva durante um mês e meio. Existiram mais delegações, nas quais tomaram parte o então Major Hermes de Araújo Oliveira e o Major Luz Cunha e em 1959 os capitães Mário Lemos Pires, Sérgio Carvalhais, Luz Almeida e Vaz Antunes (Valente, 2010).

²⁰ O Tenente-Coronel Nunes da Silva, tinha frequentado o Curso Superior de Guerra, na Escola Superior de Guerra em França, que incidia na doutrina contra-subversiva francesa na Argélia.

ajudados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas nesse território, com a finalidade de lhes retirar o domínio desse território e da sua população, ou, no mínimo, paralisar a acção dessas autoridades.” (Pinheiro, 1963, p.19). Esta definição surgiu numa publicação civil mas que visava mentalizar as autoridades civis e militares para a nova forma de combate que as Forças Armadas enfrentam.

Com o prolongar do conflito e a produção de doutrina para o mesmo, verificamos que o manual “O Exército na Guerra Subversiva” de 1966 dá uma definição em tudo semelhante, “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirarem o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisarem a sua acção” (EME, 1966a, p. I - 1)

Facilmente percebemos como as definições são iguais. É de realçar este facto porque permite perceber que o Exército tinha já o seu trabalho doutrinário realizado desde o início do conflito, o que garantiu uma adaptação mais rápida às novas situações de combate que enfrentava em África.

Esta moldura mental perdurou por todo o conflito e enquadrava a atividade militar portuguesa, orientando-a além do combate contra elementos hostis, para a conquista dos “*Hearts and Minds*”²¹ da população, com a finalidade de garantirem o controlo sob o território, tendo em consideração que o centro de gravidade neste tipo de conflito são as populações. Esta preocupação com as populações teve um efeito claro sobre as operações, informações e logística do conflito, procurando-se implementar soluções sociais e civis através da atividade de militares, sempre complementada por uma acção da administração civil. Surge assim o desafio de criar condições para adaptar o Exército à necessidade de desenvolver o emprego dos seus meios. A operacionalização e emprego dos recursos das Informações foram assim uma das áreas mais visadas, procurando adaptar os meios e a doutrina a um novo tipo de conflito.

²¹ *Hearts and Minds* significa Corações e Mentes, é uma expressão americana que visa demonstrar que o foco do conflito está em conquistar os corações e mentes das populações. Demonstra sobretudo que a abordagem a esta guerra deve ser “population-centric” e não “enemy-centric”. Esta expressão ganhou relevo no decurso da Guerra do Vietname.

1.2.2. Informações

1.2.2.1. Conceito

À luz da doutrina do período em estudo, as Informações²² são definidas por “o conjunto de actividades que tem por finalidade o conhecimento do inimigo provável ou actual e da área de operações obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias.” (EME, 1966e, p. I - 1). As Informações servem assim o Comandante para garantir o seu conhecimento do Inimigo e o Terreno e Condições Meteorológicas da Área de Operações (AOp).

As Informações são originadas a partir das Notícias, definidas por “...qualquer facto, documento ou material cujo conhecimento se revele suscetível de ter interesse para as finalidades de actuação de um serviço de informações.” (EME, 1966e, p. I - 2)

Dentro do âmbito das Informações, existem diferentes níveis, podendo ser Táticas ou Estratégicas, diferindo estas “do âmbito das respetivas áreas de atuação, perspectivas e níveis dos escalões que as utilizam imediatamente” (EME, 1966e, p. I - 3).

A Informação Tática “É a informação militar necessária ao planeamento e condução de operações de combate” (EME, 1966e, p. I - 2) e visa “Reduzir ao mínimo as incertezas respeitantes ao inimigo e características da área de operações...” (EME, 1966e, p. I - 2) bem como “Facilitar a aplicação [...] das medidas de contra-informação...” (EME, 1966e, p. I - 3) e é baseada no “estudo de notícias pesquisadas localmente ou fornecidas pelo escalão superior ou unidades adjacentes.” (EME, 1966e, p. I - 2)

A Informação Estratégica “É a informação militar²³ que visa as possibilidades, vulnerabilidades e prováveis linhas de acção das nações estrangeiras” (EME, 1966e, p. I - 3).

Para guiar a actividade das Informações existem 7 princípios básicos. Os princípios são Interdependência, Utilidade, Oportunidade, Flexibilidade, Imaginação e Iniciativa,

²² A definição é a de Informação Militar, aqui considerada Informações por ser um termo mais adequado.

²³ Esta definição enquadra apenas a informação militar, mas ao longo do conflito a informação estratégica abrangeu outras áreas de atuação.

Factos e Segurança (EME, 1966e). Passamos a enunciar aqueles que são mais referenciados ao longo do trabalho.

O princípio Interdependência enuncia que “O planeamento e condução de operações e as actividades de informações são interdependentes.” (EME, 1966e, p. I - 7) sendo que as operações são a causa e o efeito das informações ” (EME, 1966e).

O princípio da Utilidade enuncia que “A Informação deve ter utilidade” (EME, 1966e, p. I - 7), e que esta aumente o nosso conhecimento e compreensão do que se passa.

O princípio da Oportunidade enuncia que “Qualquer Informação perde o seu valor se não chegar ao utilizador a tempo de ser explorada com oportunidade” (EME, 1966e, p. I - 8), expressando assim a necessidade de uma difusão rápida da informação recolhida com a finalidade desta não perder a sua validade.

1.2.2.2. Evolução da Doutrina de Informações em Portugal

Portugal aderiu à NATO em 1949, como país fundador, o que levou a uma profunda reformulação doutrinária e orgânica do Exército. Apesar de já existirem publicações doutrinárias vocacionadas para a temática das Informações, não existia até 1954, um Regulamento de Campanha (RC) sobre Informações, que possibilitasse um enquadramento comum ao Exército. Este Regulamento surgiu então vocacionado para explicar a organização pretendida a nível das Informações para a Divisão, explicar os processos de pesquisa de notícias, tratamento das mesmos e o seu processamento e disseminação. Pretendia sobretudo normalizar processos a nível da doutrina nacional e torná-la equivalente à da NATO, sendo escrito “...com base no FM americano...” (Pedro, 2003, p. 16).

Fruto da experiência obtida no período anterior à guerra, especificamente na área das Informações, com a frequência de vários oficiais em cursos de Informações no *Intelligence Centre of the British Army* em *Maresfield Park Camp*, na *School of Military Intelligence*, houve a perceção da necessidade da atualização da doutrina portuguesa.

Com o início do conflito e a subsequente experiência adquirida pelos oficiais que inicialmente foram mobilizados para o combate, sobretudo em Angola, onde o QG/RMA procurou disseminar a sua experiência com a produção de documentos e informações, o

Exército promoveu a passagem das suas experiências para o papel, fazendo um esforço para atualizar a sua doutrina (Braga, 2011).

Este processo levou à produção do manual “Instruções de Informação e Contra-Informação” que tinha como objetivo complementar o manual Exército na Guerra Subversiva, para a temática das Informações a baixos escalões. Este manual era composto por 3 manuais: “Informações num Batalhão em Guerra Subversiva”, “Técnica de Interrogatório em Guerra Subversiva” e “Reconhecimento Aéreo Visual das Forças Terrestres na Guerra Subversiva”.

O primeiro servia como guia para os procedimentos a adoptar ao nível de Informações num período de mobilização e instrução da força, durante as operações e durante a desmobilização da força. Especificava o trabalho de preparação exigido, dando indicações do treino a realizar e todo o trabalho que devia ser realizado durante a campanha, ao nível do comando do batalhão, do oficial de informações, de como se devia proceder a nível operacional para maximizar recursos e dos processos a seguir para garantir um estudo sustentado da sua AOp no decurso do planeamento e execução de operações. Este manual explicava também a necessidade de coordenar a atividade das Informações com a Ação Psicológica, demonstrando a relação direta entre estas duas áreas de atuação. Explicitava ainda os processos a adotar para garantir uma transição suave dos militares durante a desmobilização.

Os outros dois manuais eram específicos, o “Técnica de Interrogatório em Guerra Subversiva” visava dar indicações de como proceder perante um detido, procurando maximizar imediatamente as informações de que ele dispunha garantindo uma exploração imediata das mesmas. O “Reconhecimento Aéreo Visual das Forças Terrestres na Guerra Subversiva” centrava-se sobretudo na normalização de processos para todo o TO, garantindo a coordenação da Força Aérea (FA) e das tropas no terreno. Incidia também nos aspetos essenciais de empregar os meios aéreos, como garantir a sua rentabilidade, e especificava as necessidades e possibilidades dos meios aéreos presentes no TO. A necessidade de atualizar a doutrina portuguesa surgiu pelas “... alterações decorrentes da experiência alcançada e dos STANAG’s²⁴ da NATO.” (Pedro, 2003, p. 17) levando à produção de um novo RC Informações, publicado em 1966, sendo contemporâneo da revisão do manual “Exército na

²⁴ *Standardization Agreement*. “...é um documento que especifica o acordo das nações-membro para implementar um standard num todo ou parte, com ou sem reservas, para atingir um requisito de interoperabilidade.” (NATO, 2015)

Guerra Subversiva”. Na realidade este RC procurava ir além do de 1954, continuando a explicar o trabalho desenvolvido pelas Informações na guerra convencional, mas explorando os processos as escalões mais baixos.

1.2.2.3. As Informações na Guerra Subversiva

É notório o trabalho doutrinário efetuado para responder às necessidades de atuação no campo das Informações num conflito subversivo. Nesse contexto importa explicar qual era a importância das Informações neste tipo de combate e a lógica do Exército Português para o uso de Informações.

As Informações na guerra subversiva eram consideradas devido à complexidade do conflito derivado da ação clandestina e diversidade de meios empregues (EME, 1966b), daí o oitavo princípio orientador da luta contra-subversiva ser “Importância da informação e a necessidade de um serviço de informações desenvolvido e adaptado...” (EME, 1966a, p. II - 7). Sendo assim, as Informações destacaram-se para a condução de operações, sendo que se deviam procurar com uma diversidade de meios e processos adaptados às circunstâncias, sempre tendo em consideração que estes deviam ser considerados por áreas de modo a cobrir toda a superfície necessária ao planeamento de operações (EME, 1966a).

No entanto, e dado o carácter da guerra subversiva, as Informações eram vocacionadas para usos diferentes, dependendo da fase do conflito²⁵, já que considerando as diferentes fases assumia-se uma postura de Prevenção ou de Intervenção (Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola [CCFAA], 1972a).

A postura de Prevenção visava reconhecer possíveis motivações para uma ação subversiva, ideologias presentes, ações clandestinas realizadas na zona e o surgimento de movimentos subversivos, sendo que nesta fase a responsabilidade das informações era sobretudo de Forças de Segurança, da Direcção-Geral de Segurança (DGS) e redes de informações privadas (CCFAA, 1972a).

²⁵ O Manual “Exército na Guerra Subversiva – Generalidades” de 1966 designa a existência de 2 fases na Subversão, a Fase Pré-Insurrecional e a Fase Insurrecional. A Fase Pré-Insurrecional compreende a Fase Preparatória e a Fase de Agitação. A Fase Insurrecional compreende a Fase do Terrorismo e da Guerrilha, Fase do Estado Subversivo e Fase Final, de guerra propriamente dita.

A postura de Intervenção atribuiu maior responsabilidade às Forças Armadas, sendo que preconizava a total cooperação entre todas as organizações presentes com vista a partilha de Informações, cujo espectro de interesse era amplificado (CCFAA, 1972a). Esta partilha era central para garantir a racionalização dos meios e evitar a adopção de medidas contraditórias. Procurava-se assim uma centralização das informações para garantir a sua coordenação. (EME, 1966b)

Nesta fase, as Informações centravam-se assim em duas áreas essenciais: o inimigo (interno e externo) e o meio onde a luta se travava, nomeadamente a população, terreno e condições climáticas e meteorológicas (EME, 1966b).

Quanto ao Inimigo, procurava conhecer-se a sua ideologia, processos de propaganda, a sua organização, relações com a população, recursos económicos e características militares, como a sua organização, dispositivo, meios, instrução, possibilidade e planos, processos de combate, valor combativo e moral e os seus líderes, bem como os seus apoios internacionais e bases em território estrangeiro (EME, 1966b).

Quanto à População, as Informações exploravam o conhecimento da sua raça, costumes, organização religiosa e tribal, tendências políticas, descontentamentos, relações com o inimigo e com outras facções presentes no território (EME, 1966b).

Quanto ao Terreno, procuravam conhecer-se as zonas mais prováveis para atuação da guerrilha, povoações, estradas, locais de passagem a vau, zonas de mobilidade impeditiva, localização de zonas com difícil acesso a água e recursos alimentares, tendo em atenção o apoio às forças inimigas de auxílio exterior, procuravam conhecer-se locais com possibilidade de reabastecimentos pelo ar, por barco ou submarino e estradas ou trilhos que se dirigissem para o exterior do território (EME, 1966b).

Percebe-se assim que na Guerra Subversiva, as Informações assumem uma especial importância para a condução de operações num ambiente complexo, e que se orientam primariamente para a População e meio envolvente, procurando conhece-la para ganhar o seu apoio, e para o Inimigo, mas procurando sempre as suas ligações de apoio externas e internas, bem como estudar o seu comportamento e equipamento (Cann, 2012).

Este conflito exigia assim uma nova abordagem às técnicas de trabalho de informações, abordando as origens de notícias de outra forma e explorando novas origens. A análise exigiu maior trabalho porque se lidou com um inimigo não-convencional e o

processamento e disseminação tiveram de ser executados de uma forma mais rápida para permitir a exploração de informações, sendo assim reformulado o CPI.

1.2.2.4. Ciclo da Produção da Informação

Para garantir um trabalho contínuo e acertado das Informações é aplicado o Ciclo de Produção de Informações que é definido por “... ciclo de operações encadeadas, que se podem agrupar em quatro fases: Orientação do esforço de pesquisa, Pesquisa de Notícias, Processamento das notícias, isto é, conversão das notícias pesquisadas em informações, Exploração das informações resultantes.” (EME, 1966e, p. III - 1).

Este ciclo é contínuo e deve sempre orientar-se sempre pela missão da unidade. Sendo assim todas as fases são contemporâneas, já que enquanto se executavam as pesquisas, existia a análise dos dados recolhidos e o seu processamento, bem como a disseminação do produto final. As operações executadas pela unidade refletiam a Exploração das informações. (EME, 1966e, p. III - 1)

A fase da Orientação do Esforço de Pesquisa é vocacionada para a “... determinação das informações necessárias às decisões do comandante...” (EME, 1966e, p. III - 1) e visava determinar qual a prioridade a ser atribuída à pesquisa para corresponder às necessidades. Tendo estes aspetos sido definidos, é criado um Plano de Pesquisa, que se restabelece para o seu cumprimento em Ordens de Pesquisa, se for para uma unidade subordinada, e Pedidos de Pesquisa, se for a uma unidade adjacente mas não dependente hierarquicamente de quem executa o Pedido (EME, 1966e).

A fase de Pesquisa de Notícias é “... a exploração sistemática das origens de notícias pelos órgãos de pesquisa e o envio dos elementos obtidos à repartição ou secção de informações interessada.” (EME, 1966e, p. III - 2). No entanto, a atividade de pesquisa de informações não se podia resumir ao cumprimento dos Planos e/ou Ordens de Pesquisa, devendo esta ser constante. (EME, 1966e)

A fase de Processamento de Notícias consiste no registo, estudo e interpretação das notícias recebidas. O registo é um processo meramente burocrático, sendo as partes essenciais desta fase o estudo e interpretação das notícias, que garantem a transformação da

notícia em informação. Esta fase é especialmente importante porque é a partir deste trabalho que as Informações são tidas em conta para a decisão do comandante. (EME, 1966e)

A fase de Exploração das informações resultantes é a integração das informações produzidas nos Estudos de Situação, que visam informar o Comandante e o Estado-Maior. Este estudo refletia o estudo do inimigo, terreno e condições meteorológicas e características da AOp e estava integrado e orientado para aquilo que é a missão da Unidade. Nesta fase tornam-se perceptíveis as carências de Informação, que davam origem à necessidade de informações adicionais. A necessidade de informações é concretizada em Elementos Essenciais de Informação (EEI) que referem explicitamente o que se procura conhecer, estes referem-se ao Inimigo, Terreno e Condições Meteorológicas, à População e ao estado da subversão nesta e das forças portuguesas. A necessidade de informações, explicitada nos EEI, enquadra assim a Orientação do Esforço de Pesquisa da unidade, fechando assim o CPI. (EME, 1966e)

Não sendo a difusão de informação uma fase do CPI no RC Informações de 1966, esta relacionava-se com um dos Princípios orientadores das Informações, o da Oportunidade.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

Este capítulo visa explicar a metodologia empregue na elaboração deste trabalho. Sendo assim explica-se a abordagem à problemática, sua limitação, o modelo escolhido para o desenvolvimento do trabalho e os procedimentos metodológicos seguidos para a realização do mesmo.

O presente trabalho foi desenvolvido segundo o método científico, e é o resultado de uma investigação aplicada, constituindo-se assim como um Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada.

Sendo necessário para garantir um foco ao estudo, uma delimitação do mesmo, o trabalho está limitado temporalmente ao período de 1961-1974, já que se pretende descrever as estruturas de informações no conflito, existindo no entanto um enfoque no período a partir de 1972, pelo facto das estruturas assumirem uma certa estabilidade, eficiência e eficácia. Quanto à dimensão física, o estudo limita-se ao Teatro de Operações (TO) de Angola e conceptualmente à doutrina nacional e experiência dos nossos militares, representada nos diversos artigos que foram divulgados com os seus enriquecedores testemunhos.

O trabalho foi desenvolvido seguindo uma abordagem dedutiva, partindo do geral para o particular, estudando sempre do nível superior para o inferior. Adicionalmente suportámos o estudo pelo método histórico, resultante de uma análise aos seus processos, evoluções doutrinárias, operacionalização de conceitos, atendendo sempre às suas consequências, de forma cronológica.

A problemática sustentou-se numa pesquisa exploratória de bibliografia que procurou garantir a qualidade da problematização, garantindo a possibilidade de tomar contacto com trabalhos anteriores que incidiram sobre o tema e o desenvolvimento de uma Questão Central que é “Quais as características do Modelo de Informações Português no TO de Angola entre 1961-1974?” cuja resposta visa o Objetivo Geral do trabalho, que é “Descrever o Modelo de Informações Português no TO de Angola entre 1961-1974”. Tendo definido a Questão

Central foi depois estudado qual seria o modelo de análise empregue para garantir a criação de Questões Derivadas enquadradas por esse modelo de análise.

Abordámos o problema segundo um Modelo que define existirem três aceções das informações, que foi inicialmente enunciado por Sherman-Kent²⁶ e adotado a nível nacional pelo General Sousa Lucena (1992), reconhecido também pelo General Pedro Cardoso e General Renato Marques Pinto. Estas três aceções são: o Conhecimento, a Atividade e a Organização. Sendo assim e para tornar possível a resposta à QC foram desenvolvidas três QD correspondentes enquadradas pelas diferentes aceções do Modelo em que nos baseámos.

Orientando o percurso metodológico descrevendo diversos conceitos, salientando-se o conceito de informações, desenvolvemos as aceções referidas como dimensões de análise, e a partir destas desenvolvemos as suas subdimensões, sendo estas baseadas na pesquisa bibliográfica e Revisão de Literatura. A partir das subdimensões desenvolvemos os parâmetros de estudo, que representam os principais tópicos abordados para nos tornar possível descrever o Modelo de Informações²⁷.

Quanto à Organização, é abordada na QD 1 que é “Qual a estrutura do sistema de Informações no TO de Angola?” e corresponde ao OE 1 que é “Descrever a estrutura do Sistema de Informações no TO de Angola entre 1961-1974”.

Quanto à Atividade, é abordada pela QD 2 e QD 3. A QD 2 é “Como se processava o Ciclo de Produção de Informação?” e relaciona-se com o OE 2 que é “Descrever a operacionalização do Ciclo de Produção de Informações no TO de Angola entre 1961-1974” e a QD 3 é “Como era realizada a pesquisa de notícias?” e relaciona-se com o OE 3 que é “Descrever a organização dos órgãos de pesquisa e processos de pesquisa de notícias no TO de Angola entre 1961-1974”.

Procurou-se explicar o Conhecimento desenvolvido através da Revisão de Literatura, demonstrado que o Conhecimento produzido pelas Informações é a base de um sem-número de estudos e obras desenvolvidas na atualidade. Com isto não queremos apresentar o conhecimento como seria na sua verdadeira aceção, o produto final das informações, sendo este o objeto das informações, mas sim pela capacidade de se assumir na definição e

²⁶ Sherman-Kent foi um professor de história da Universidade de Yale, que durante a II Guerra Mundial e a Guerra Fria trabalhou na CIA. Foi um pioneiro em muitos dos métodos de análise de informações atuais, sendo considerado, pelo mundo ocidental, como o “pai da análise de informações”.

²⁷ Ver Apêndice J

apresentação de conceitos que ainda hoje, não sendo totalmente iguais, se refletem nos conceitos doutrinários.

A Organização centra-se na descrição das entidades, da sua função e de que forma se interligavam. A Atividade pela descrição da operacionalização do Ciclo de Produção de Informações e pela descrição da atividade de pesquisa.

O estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica, quer da doutrina da época, livros e artigos que se centram nesta temática, bem como documentação da época, que sendo fonte primária garante veracidade ao estudo. Procurou-se inicialmente através de uma revisão bibliográfica encontrar os estudos e obras de maior vulto para o tema, sendo depois selecionadas as mais prementes. Procurámos encontrar fontes primárias, sendo estas verificadas ao nível de veracidade e depois utilizadas para o estudo. A análise de bibliografia e a seleção do que era essencial foi um processo de trabalho exaustivo, procurando-se estabelecer um equilíbrio entre o uso de fontes credíveis e a pesquisa de bibliografia sobre o tema, que julgamos ser um dos objetivos do presente trabalho, sendo uma mais-valia para futuros trabalhos dentro desta área.

É realizada também uma abordagem simples ao método comparativo, quando efetuamos algumas referências à literatura contemporânea para perceber a premência do tema na atualidade, o que é discutido e diferentes modelos de análise a um problema semelhante.

CAPÍTULO 3. SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ANGOLA

O presente capítulo pretende dar resposta à QD 1, “Qual a estrutura do sistema de Informações no TO de Angola?”, articulando-se em 4 subcapítulos, Organização da Estrutura do Sistema de Informações, Sistema de Informações em Angola, Estrutura de Contra-Subversão e Sistema de Informações na Estrutura de Contra-Subversão.

3.1. Organização da Estrutura do Sistema de Informações

Portugal em 1961²⁸ não possuía um sistema de informações centralizado cuja função fosse recolher notícias, processá-las, analisá-las para garantir informações atualizadas aos utilizadores. Existiam diversos organismos com essa responsabilidade, que atuavam de forma desarticulada entre si, chegando a maioria das vezes “informação não-trabalhada” aos decisores [Presidente do Conselho e Ministros], o que não garantia uma rentabilidade à atividade das informações (Jesus, 2015). Esta desarticulação é, segundo Cardoso (2004), propositada e planeada pelo Dr. Oliveira Salazar com vista a não existir nenhuma organização que garanta uma supremacia nas informações já que “...Salazar se opunha a qualquer institucionalização e centralização de Informações que pudesse vir a criar uma forma de “contrapoder”. Quem detém a totalidade da Informação, detém a totalidade do Poder.” (Jesus, 2015, p. 56).

Com esta lógica subjacente, as organizações civis que tinham responsabilidade nas Informações na metrópole eram a PIDE, a LP e as Forças de Segurança [PSP e GNR].

A LP visava sobretudo informações a nível nacional sobre movimentos de forças oposicionistas ao regime [sobretudo de ideologia comunista], não tendo no entanto uma expressão significativa face à ação da PIDE. As Forças de Segurança visavam apenas

²⁸ Ver Apêndice A

informações de natureza criminal, com vista à resolução dos seus casos ou a prevenção. (Jesus, 2015)

A PIDE²⁹ era uma polícia política que no território nacional visava duas áreas distintas, a de Defesa do Estado contra agentes internos, com a perseguição e repressão de elementos de ideologia políticas diferentes, e Defesa do Estado a nível internacional contra inimigos externos e a sua ação que pudesse fragilizar Portugal ou apoios a movimentos de luta contra o regime (Mateus, 2011). No seu período inicial a PIDE concentrou-se no seu vetor primário de Defesa contra agentes internos, enquanto a sua componente de Defesa contra agentes exteriores se concentrava, segundo Jesus (2015), sobretudo no controlo de fronteiras e passaportes. Já em 1954, a PIDE expande-se para as províncias ultramarinas com o DL nº39749 de 9 de Agosto, com a criação dos quadros para Angola, Moçambique e Guiné, no entanto numa fase inicial “... apenas existiram nas colónias alguns agentes, administrativamente dependentes do comando da PSP e com atribuições de polícia internacional ou de fronteiras.” (Mateus, 2011, p. 25) sendo que em 1956 a PIDE ficou “... sob alçada do ministro do Ultramar [...] nas províncias ultramarinas.” (Cardoso, 2004, p. 114). No entanto, segundo Pimentel (2009), aquando a eclosão do conflito em África, a PIDE assumiu o papel de Serviço de Informações Estratégicas, ligando-se a serviços de informações congéneres, como a *Central Intelligence Agency* (CIA) e também “... os serviços de Informações da França, Alemanha, do Reino Unido...” (Jesus, 2015, p. 35), os da África do Sul e Rodésia (Waals, 2011). A PIDE passou assim a trabalhar ativamente na pesquisa de informações, vocacionando a sua ação para a recolha de notícias sobre os movimentos de libertação. Esta pesquisa estendia-se para lá das fronteiras físicas do território de Angola, procurando as bases em solo estrangeiro, os apoios que recebiam e de quem recebiam, tipo de armamento, o seu treino e doutrina bem como a estratégia que seguiam (Cardoso P. , 2004). A PIDE surge assim como o órgão de excelência de pesquisa de notícias a nível externo Mateus (2011). A nível interno, atuava sobretudo nos interrogatórios em apoio das FFAA e através de unidades especialistas de autóctones criadas propositadamente em Angola, os Flechas, em 1966 pelo Inspetor Óscar Cardoso, que visavam a recolha de informações em sítios remotos, infiltrando-se profundamente em território controlado pelos movimentos de libertação e que por vezes apoiavam as forças militares nas suas missões, tal como Cann (2013) as descreve na sua obra. É importante perceber que devido ao papel relevante da PIDE na metrópole, esta detinha uma grande

²⁹ A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) deu origem à PIDE em 1945.

influência nas províncias, o que criou conflitos com outras entidades que inicialmente começaram a trabalhar na recolha de informações, como os SCCIA ou até elementos militares, tal como explicita Cardoso (2004) e Marques Pinto (1995).

Existia ainda os organismos ligados às Informações na metrópole que faziam a ligação direta com as entidades de Angola, tal como o Gabinete de Negócios Políticos do MU, que fazia a ligação entre o Ministro e o Governador e a Direcção-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), que se ligava aos embaixadores portugueses e fazia a transmissão da informação através do MU (Afonso & Gomes, 2005).

Ao nível do instrumento militar, inserida no Secretariado-Geral da Defesa Nacional existia a 2ª Repartição cuja atividade se relacionava com “...superintender nos serviços de informações militares, sobretudo no que se referia à contra-espionagem e à segurança interna e externa da Nação...” (Cardoso, 2004, p. 118). Esta repartição ligava-se diretamente com o CCFAA em Angola e com a 2ª Rep/QG/RMA estabelecendo assim a ligação das Informações estratégicas para o TO (Cardoso P. , 2004). Existia ainda os Serviços Cartográficos do Exército e da Chefia do Reconhecimento de Transmissões (CHERET), serviços técnicos que apoiavam os serviços de Informações no que concerne à recolha de informações a partir de transmissões (Comissão de Estudo Campanhas de África [CECA], 1988).

3.2. Sistema de Informações em Angola

No TO de Angola existia assim a receção de informação por parte de uma estrutura civil e militar, existindo inicialmente dificuldades para coordenar e garantir o aproveitamento das mesmas³⁰. Para fazer face a essas dificuldades foram criados os SCCIA³¹ em 1961³², que visavam ser um elemento agregador entre todas as entidades presentes, centralizando as notícias e informação recolhidas pelas forças militares e agências civis, analisando-a e disseminando-a por sua vez a todo o TO (CECA, 1988). Os SCCIA

³⁰ Ver Apêndices E e F

³¹ Criados a 29 de Junho de 1961 pelo Decreto-Lei nº 43761.

³² Em Janeiro de 1961 tinha existido já uma tentativa de criar um organismo semelhante, denominado Serviço de Informações do Governo-Geral de Angola (SIGGA), contudo a proposta não foi aceite, no entanto viria a servir de embrião para a criação dos SCCIA (Cardoso P. , 2004).

colocavam-se diretamente sob comando do Governador-Geral e serviam para apoiar as suas decisões (Governo República Portuguesa [GRP], 1961).

Em 1963, com a separação do cargo de Governador-Geral do de Comandante-Chefe das Forças Armadas, foi publicado um despacho que servia “...simultaneamente os governadores e os comandantes-chefes;” (GRP, 1963, p. 146) passando nesse momento os SCCIA a responder às duas figuras de topo na província, ainda que mantivessem a sua dependência hierárquica ao governador. Para desenvolverem a sua ação, foi criada uma delegação central que funcionava em Luanda e depois foram criadas Secções Distritais, que funcionavam nas capitais de distritos, que se ligavam diretamente às autoridades civis e militares desse distrito. Tinham como missão apoiá-las nas atividades de Informações desenvolvidas na área, designadamente a coordenação da pesquisa, análise e execução de medidas para garantir a normalização de documentos nestas áreas (CCFAA, 1972a). Estas Secções serviam também para canalizar a informação recolhida para a sua delegação central em Luanda e para disseminar as informações e diretivas que eram produzidas em Luanda, procurando-se assim estabelecer uma rede em que a transmissão de informações fosse célere, correta e de confiança.

Ao longo do período de funcionamento os SCCIA vocacionaram-se sobretudo para a análise, processamento e disseminação de informação, já que apesar de inicialmente desenvolverem atividades de pesquisa, surgiram conflitos de coordenação com a PIDE nesta área, como referem Renato Marques Pinto e Pedro Cardoso (Antunes, 1995).

Existia ainda a Comissão de Informações, órgão presidido pelo governador-geral, o secretário-geral, o diretor do CITA, dos SCCIA e da PIDE em Angola e ainda os comandantes dos três ramos das FFAA. Esta Comissão tinha como secretário o chefe da Repartição Administrativa dos SCCIA e visava pronunciar-se sobre a política de informações e sobre as normas para as informações, segurança militar e contra-informação. Foram ainda desenvolvidas Comissões Distritais de Informações para garantir ligação entre os diferentes níveis e para garantir apoio às unidades militares e administração civil aos baixos escalões (Cardoso P. , 2004).

O Sistema de Informações Militar (SIM) era constituído por todos os organismos orientados para as Informações pertencentes às Forças Armadas. O topo era representado pela 2ª Repartição do Quartel-General da Região Militar de Angola (RMA). Em 1970 passou a subordinar-se diretamente ao Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, devido

à remodelação sob a égide do General Costa Gomes aquando da sua tomada de posse (Rodrigues L. N., 2008). A sua estrutura assentava na recolha de informações pelas unidades no terreno e a consequente passagem de notícias para o escalão superior, da Companhia para o Batalhão, deste para o Setor e deste para a Zona, sendo que era posteriormente enviado para o Comando da Região Militar e Comando-Chefe (Monteiro, Pais, Polho, & Louro, 2015).

O Setor representa assim o primeiro nível onde efetivamente existe uma centralização, análise e estudo de informações, fruto de um Estado-Maior com maior capacidade de pessoal, aliado a melhores meios de trabalho. A Zona Militar tinha também uma elevada capacidade de trabalho que equivale à da Região Militar e do Comando-Chefe. Estas estruturas com as suas Repartições de Informações elaboravam já estudos aprofundados sobre o Inimigo e o Meio, nomeadamente a População, o Terreno e Condições Meteorológicas (CECA, 1988).

A Companhia não possuía elementos vocacionados especialmente para o trabalho de Informações, sendo o Batalhão a unidade onde se encontrava os primeiros elementos orientados e dedicados para este tipo de trabalho, existindo a 2ª Secção no seu Estado-Maior. No entanto, na maioria dos casos, os oficiais de informações dos Batalhões acumulavam este cargo com o de oficial de operações, o que seguia o racional da interdependência entre as operações e informações, mas que na maioria das vezes levava a que o trabalho de informações fosse colocado em segundo plano (CECA, 1988).

3.3. Estrutura de Contra-Subversão

Para garantir o sucesso contra o inimigo subversivo deve existir uma “...tática global civil-militar [...] que combinará, em todos os escalões, os meios de toda a natureza: políticos, administrativos, económicos, judiciais, culturais e sociais, psicológicos e militares” (Oliveira, 1960, p. 267). Seguindo este princípio e empregando a doutrina vertida no manual “Exército na Guerra Subversiva”, foi criada a partir do Despacho Conjunto dos Ministros do Ultramar³³ e da Defesa Nacional³⁴, a Estrutura de Contra-Subversão em Angola.

³³ Dr. Joaquim Silva Cunha

³⁴ General Manuel Gomes de Araújo

Esta estrutura assentava nalguns princípios orientadores, como a Orientação do esforço civil e militar para a “...conquista e da adesão das populações;” (CECA, 2006, p. 158) e a Unidade de Ação e a importância da mesma, referindo a necessidade “... na direção e coordenação [...] em todos os campos de ação [...] para lhe garantir uma perfeita coordenação [...] a todos os níveis e em todos os campos, identidade de conceitos, e actuação oportuna e adequada;” (CECA, 2006, p. 158). Aliás, segue a lógica de que “... torna-se indispensável haver uma única vontade coordenadora [...] a necessidade de haver, em cada escalão, até ao mais baixo, uma cabeça para conceber e realizar aquela tática³⁵ duma forma perfeitamente coerente, adaptada ao ambiente e inimigo, locais e aos meios disponíveis.” (Oliveira, 1960, p. 267).

Baseada nesta lógica, a Estrutura de Contra-Subversão surge em 1967 e prevê a criação de órgãos de coordenação civis-militares, que funcionam como a “cabeça” em todos os níveis do TO. Estes órgãos tomam a forma de Conselhos, sendo o topo desta estrutura representado pelo Conselho Provincial de Contra-Subversão (CPCS) seguido pelos Conselhos Distritais de Contra-Subversão (CDCS) e por sua vez os Conselhos Locais de Contra-Subversão (CLCS). No entanto, a diretiva que enquadra a estrutura faz a ressalva de que existem situações em que um líder militar poderá assumir a administração civil para garantir esta coordenação. Para esse efeito poderiam ser criadas Áreas Militares, zonas onde os efeitos dos movimentos não permitiam o funcionamento normal das atividades civis (CECA, 2006).

O CPCS que abrange toda a província, cria o Gabinete de Estudos e Coordenação da Contra-Subversão que se liga com o Comando-Chefe das Forças Armadas em Angola (CCFAA) e com o Governo-Geral de Angola (GGA). Os CDCS ligam-se com os governos distritais e comandos de Setor e as CLCS ligam-se às autoridades locais e comando militar no local. Conseguiu-se assim uma agilidade na estrutura, já que quando surgia um problema procurava-se obter soluções ao nível mais baixo possível, e no caso de não se conseguir passava-se para o nível imediatamente superior (CECA, 2006).

Em 1971, por motivo da criação do QG/CCFAA³⁶ existiu uma reformulação na organização, sendo criado o Conselho Especial de Contra-Subversão (CECS) cuja área abrangente era circunscrita à Zona Militar Leste (ZML) (CECA, 2006). Ao CECS ficam

³⁵ O Tenente-Coronel Hermes de Oliveira refere-se à tática anti-revolucionária que defende na sua obra “Guerra Revolucionária”

³⁶ Remodelação aquando tomada de posse como Comandante-Chefe do General Costa Gomes

hierarquicamente dependentes todos os CDCS da sua área, sendo que estes devem orientar-se pelas diretivas do CECS, bem como informar factos relevantes e propor medidas convenientes para o distrito (CCFAA, 1972a).

Esta Diretiva do CCFAA vem também incidir na reorganização do pessoal que toma parte dos CDCS e recomenda a inclusão nas atividades de contra-subversão de elementos civis que liderem organizações na área, incidindo no esforço para se tornarem elementos de recolha de informação e de propostas para o conselho (CCFAA, 1972a). Nos CDCS tomam assim parte os “...Chefes das Repartições ou Serviços dos Distritos, ou equiparados, o Comandante de Batalhão da Sede, se houver, o Delegado do Procurador da República e o Administrador do Conselho da Sede” (CCFAA, 1972a, p. Anx I - D - 1).

Existem também os Grupos de Ligação, cujo objetivo é ligar-se entre CDCS e CLCS, verificando o funcionamento das mesmas e das medidas contra-subversivas aplicadas. Estes grupos procuram também explicar e disseminar as políticas do CPCS e perceber se estas se enquadram na realidade do terreno (CCFAA, 1972a).

3.3.1. Sistema de Informações na Estrutura de Contra-Subversão

A Estrutura era apoiada pelo SI que tem a responsabilidade primária de estudar e interpretar informações. Os Serviços de Informação devem dispor assim de: “Liberdade de Ação; Capacidade de coordenar o trabalho de Informações com o de Contra-Informação; Serviços de processamento centralizados e de grande capacidade de reação; Redes de Pesquisa e de difusão, capazes de abranger todos os setores interessados; Planeamento adequado e oportuno” (Ramos & Silva, 1968, p. 232), tal como é preconizado pelo então Major Passos Ramos³⁷ e Calixto e Silva.

Tendo estas necessidades em mente, é criado o Grupo de Trabalho de Informações (GTInfo) que garante apoio direto ao CPCS e que é constituído pelo CEM do QG/CCFAA, pelo diretor da PIDE em Angola, Comandante da PSPA, diretor dos SCCIA e o chefe da 2ªRep/QG/CCFAA, podendo ser incluídos o chefe da 2ªRep/2ªRA³⁸ e o chefe da Divisão de Informações do Comando Naval de Angola (CNA). Já quanto à CECS/ZML não existia

³⁷ O Major Passos Ramos assumiu depois funções de Chefe da 2ªRep/QG/ZML.

³⁸ A 2ª Região Aérea correspondia geograficamente à Região Militar de Angola.

nenhum órgão específico, restringindo-se à 2ªRep/QG/ZML (CCFAA, 1972a). O GTInfo tinha como responsabilidades especiais: “Estabelecer orientação quanto à uniformização dos aspetos técnicos e de forma, no processamento das Informações, e a difusão das que tenham grau de classificação elevado; Elaborar normas para o estabelecimento da conveniente coordenação da actividade informativa dos vários SI; Propor a criação de comissões especiais ou grupos de trabalho “Ad hoc”, quando necessário.” (CCFAA, 1972a, p. Anx IX - C - 2). É assim perceptível que este órgão tinha a responsabilidade de garantir a normalização de documentos bem como a regulamentação dos processos para difusão e partilha de informações, sendo também relevante a sua flexibilidade criar entidades específicas, caso necessário.

Aproveitando a estrutura já existente das Comissões de Informações distritais, estas davam apoio aos CDCS, sendo compostas, nos setores onde existia atividade inimiga, pelo CEM do Comando do Setor, Chefe Sub-delegação da PIDE, Chefe de Delegação dos SCCIA, Comandante Distrital da PSP e Oficial de Informações do Setor. Quanto aos locais onde não existia ação subversiva ativa, participam o Adjunto do Governador do Distrito, o Chefe de Sub-Delegação da PIDE, Comandante Distrital da PSP, representante do SIM e o chefe de Delegação distrital dos SCCIA (CCFAA, 1972a).

Os CLCS não dispunham de um órgão de apoio de informações, sendo que qualquer informação recolhida por este órgão seria imediatamente passada ao escalão superior para se tomarem medidas adequadas (CCFAA, 1972a).

São definidas para todos órgãos conjuntos de informações as seguintes responsabilidades: “Estudar as informações de vários serviços, com vista à definição da situação subversiva, possibilidades e intenções do IN; Apreciar a atividade geral das informações; Pronunciar-se sobre todos os assuntos referentes a informações, que lhes sejam mandados submeter pelos respetivos órgãos de Contra-Subversão; Apreciar, orientar e dinamizar o trabalho dos órgãos de pesquisa; Definir a orientação do esforço de pesquisa, propondo aos Conselhos que apoiam os Elementos Essenciais de Informações relativos à situação geral ou a situações que se manifestem.” (CCFAA, 1972a, p. Anx IX - C - 3).

A estrutura de informações trabalha para as Comissões de Contra-Subversão emitindo pareceres técnicos e explicando a evolução da situação, expondo os seus estudos e garantindo uma visão comum a todos os intervenientes. Garante também o cumprimento das

normas relativamente às informações e procura apoiar o emprego dos meios de pesquisa a todos os níveis., fiscalizando a sua atividade.

É importante referir que os Conselhos de Subversão eram também apoiados pelos Grupos de Trabalho de Ação Psicológica (GTAP)³⁹ coordenavam a Ação Psicológica na região respetiva, seguindo as diretivas dos níveis superiores mas adaptando-as à realidade em que se inseriam (CECA, 2006). O SI era paralelo a esta estrutura de Ação Psicológica, sendo que empregava meios de pesquisa para responder às necessidades da Ação Psicológica fornecendo Informações Psicológicas⁴⁰. A Ação Psicológica apoiava-se nos seus estudos, já que “Se a A Psic não se baseia num verdadeiro *estudo da situação* que indique motivos válidos, aspirações comuns, interesses de conjunto...poderá ser mais prejudicial que útil, porque se desacredita.” (Pinto R. , 1970, p. 485). É assim necessário um trabalho conjunto destes serviços para garantir o sucesso no campo da Ação Psicológica.

Sendo assim e como resposta à QD1 “Qual a estrutura do sistema de Informações no TO de Angola?”, que representa a aceção da Organização do Modelo de Análise, podemos observar que o Sistema de Informações Português em Angola era composto por uma componente militar, o SIM, uma civil, PIDE, Forças de Segurança e Administração Civil. Estas duas componentes refletiam as organizações que tratavam as Informações na metrópole. Foi criado um organismo com vista à centralização, coordenação e análise de Informações que respondia ao Comando Civil e Militar, os SCCIA. No decorrer do conflito e para facilitar a coordenação do esforço geral foi criada uma Estrutura de Contra-Subversão, sendo esta apoiada por um Sistema de Informações próprio. Esta estrutura, com conselhos a todos os níveis, vocacionava-se na decisão sobre políticas e estratégias a adotar e permitia uma partilha de informação de forma mais rápida, sendo que o seu Sistema de Informações fiscalizava a atividade das Informações com vista a garantir o enquadramento dessa nas políticas de contra-subversão definidas. Torna-se assim importante a forma como este Sistema funcionava, descrevendo a sua Atividade.

³⁹ O órgão mais elevado dentro da área da Ação Psicológica era o Grupo de Ação Psicológica (GAP) que trabalhava diretamente para o CPCS. Os GTAP dependiam do GAP e trabalhavam para apoiar as CDCS.

⁴⁰ “As informações psicológicas não se diferenciam grandemente das informações militares clássicas. Caracterizam-se, no entanto, pela amplitude da sua pesquisa e pela natureza específica de algumas das suas fontes e técnicas” (EME, 1966c, p. VI - 15).

CAPÍTULO 4. OPERACIONALIZAÇÃO DO CICLO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

Neste Capítulo responde-se à QD 2 “Como se processava o Ciclo de Produção de Informação?”. A organização do mesmo é segundo as Fases do CPI.

O Ciclo de Produção de Informações é um conjunto de ações realizadas para garantir o trabalho adequado na área das Informações com vista a garantir a utilidade da informação para as Operações, sendo assim, e tomando como exemplo, a fim de estudo, a Diretiva Operacional RAIIO VERDE⁴¹, e pretende-se demonstrar como se processava o Ciclo de Produção de Informações em Angola no período final do conflito.

Na diretiva RAIIO VERDE percebe-se a importância atribuída às informações, já que na Manobra para as Forças Armadas em Angola lê-se “Exercer constante esforço de pesquisa sobre áreas ainda não afetadas, de modo a poderem tomar-se medidas adequadas e oportunas que se antecipem a possíveis situações subversivas.” (CCFAA, 1972b, p. 5), salientamos ainda “dentro do conceito geral de contra-subversão, procurar dissociar o binómio Inimigo-População a fim de provocar a apresentação ou captura da população, concorrer para a sua defesa e para a elevação do seu nível sócio-económico.” (CCFAA, 1972b, p. 5). Temos assim representada a preocupação de trabalhar as informações com vista a evitar a expansão da subversão e garantir uma melhor perceção de quem é o inimigo.

4.1. Orientação do Esforço de Pesquisa

⁴¹ A Diretiva Operacional RAIIO VERDE foi elaborada pelo CCFAA no seguimento da Diretiva Geral de Contra-Subversão para Angola. Esta Diretiva Operacional visava centrar o esforço na ZML, garantindo o comando de todas as entidades presentes nessa Zona ao seu comandante, pretendendo coordenar os esforços com vista ao sucesso na pacificação da mesma.

Nesta fase do CPI define-se qual irá ser o esforço de pesquisa das Unidades Subordinadas procurando enquadrar a sua pesquisa segundo uma lógica comum. Enquadrada na Manobra do CCFAA, é atribuída a tarefa à ZML de “Exercer intensa atividade operacional na sua ZA com a finalidade de recolher indícios que habilitem a tomar ou propor medidas adequadas e oportunas que se antecipem a possíveis situações subversivas.” (CCFAA, 1972b, p. 12)

A atividade operacional que visa a pesquisa de notícias é enquadrada pelos EEI definidos pelo CCFAA para todo o TO, neste caso, entre vários, salientamos seguintes: (i) O apoio externo à subversão é aumentado e/ou diversificado?; (ii) Qual a natureza dos apoios e sua influência direta no interior de Angola?; (iii) Os movimentos subversivos – FNLA, MPLA e UNITA – estabelecem “acordos” tendentes à sua coligação?; (iv) Quais os seus termos e fases de concretização?; (v) São estabelecidas novas bases e Centros de Instrução no exterior, ou reforçados os existentes?; (vi) Com que meios?; (vii) A instrução militar do In incide sobre novas táticas? (viii) O In reforça o potencial de combate no interior de ANGOLA, utilizando as suas linhas e processos tradicionais de infiltração ou outros? (ix) O In obtêm a subversão de populações, ou implanta a guerrilha em áreas não afetadas? (x) O In prepara ou executa ações de terrorismo e sabotagem em regiões urbanas e rurais? Em caso afirmativo, quando, onde, como e com que meios?“ (CCFAA, 1972b, p. Anx B - 30).

Estes EEI foram posteriormente concretizados em Ordens de Pesquisa para as unidades subordinadas e Pedidos de Pesquisa para organizações que não estavam hierarquicamente dependentes das FFAA.

Em relação à RMA foi dada a Ordem de Pesquisa de “Ações de subversão das NT; Atividades suspeitas ou de carácter subversivo da população; Ações de terrorismo urbano e sabotagem de pontos sensíveis; Identificação e características do material capturado ao In; Ligações entre “partidos” – MPLA-FNLA-UNITA.” (CCFAA, 1972b, p. Anx B - 31)

À 2ª RA foi dada a Ordem de “Ações de subversão das NT; Atividades suspeitas ou de carácter subversivo das populações; Composição, dispositivo, potencial de combate e atividade do In; Características do terreno; Utilização de meios rádios pelo In; Utilização de meios aéreos pelo In; Ordem de Batalha das Forças Aéreas dos Países Limítrofes com Angola; Relações entre “movimentos” – MPLA-FNLA-UNITA – no exterior e interior de Angola.” (CCFAA, 1972b, p. Anx B - 31)

Especificamente à ZML foi dada a Ordem de Pesquisa de “Relações entre os movimentos subversivos – MPLA, FNLA e UNITA – no exterior e interior de Angola; Organização, dispositivo, potencial de combate e atividade In nos Países Limítrofes – Rio Zaire e Rio Zâmbia; Apoios facultados ao In pelo Rio Zaire e Rio Zâmbia; Infiltrações In no ZML; Organização, dispositivo, potencial de combate, atividades, aspetos característicos e pontos fracos do In. Especial atenção às áreas de expansão da subversão na LUNDA, MOXICO, BIÉ e CUANDO CUBANGO; Atividade suspeitas ou de carácter subversivo das populações, em especial nas áreas limítrofes da área de guerrilha nos SECT LUNDA, MOXICO, BIÉ e CUANDO CUBANGO; Atividades de terrorismo e sabotagem de pontos sensíveis; Utilização dos meios rádios pelo In; Atividades fluviais e aéreas do In ou suspeitas; Acções de subversão das NT.” (CCFAA, 1972b, p. Anx B - 32)

Ao Serviço de Reconhecimento de Transmissões (SRT)/RMA foi atribuída a Ordem de Pesquisa de “Atividades de informação, propaganda e contra propaganda do In; Utilização dos meios rádios pelo In, no exterior e interior de Angola; Atividades dos países estrangeiros que apoiam o In; Ordem de Batalha dos países limítrofes com Angola;” (CCFAA, 1972b, p. Anx B - 36)

Às entidades hierarquicamente superiores ou não diretamente dependentes foram realizados Pedidos de Pesquisa, a fim de integrar as suas capacidades para a resposta aos EEI.

Ao SGD N [sediado na metrópole] foi pedido para pesquisar “Actividades dos organismos internacionais e países estrangeiros, tendentes à integração ou coligação dos movimentos subversivos – MPLA, FNLA e UNITA; Auxílio externo à subversão em ANGOLA, pelos organismos internacionais e países estrangeiros, sua natureza, volume e planos de acção; Centros de Instrução do In em países estrangeiros, sua localização, tipo de instrução e efectivos; Ordem de Batalha dos Países Limítrofes com ANGOLA; Situação e evolução política dos Países Limítrofes com ANGOLA, e sua incidência nos movimentos subversivos; Apoios à subversão em ANGOLA, a partir da Metrópole e outras Pequenas Unidades (PU); Acções de subversão das NT até ao embarque para ANGOLA.” (CCFAA, 1972b, p. Anx B - 36)

Aos SCCIA [que centravam a sua atividade de análise em Angola] é pedido para pesquisar “Diligências dos organismos internacionais e países estrangeiros, tendentes à integração ou coligação dos movimentos subversivos – MPLA, FNLA e UNITA;

Actividades e planos de acção dos organismos internacionais, organizações de carácter privado e países estrangeiros com incidência indirecta ou directa na subversão em ANGOLA; Situação e evolução dos Países Limítrofes com ANGOLA, em especial nos campos político, social e económico; Situação político-administrativa, económica, social, religiosa e psicológica em ANGOLA, nos aspectos que possam ser explorados pela subversão. “ (CCFAA, 1972b, p. Anx B - 36-37)

Quanto à PIDE, foi pedido para pesquisar “Actividades externas e internas tendentes à integração ou coligação dos movimentos subversivos – MPLA, FNLA e UNITA; Auxílios externos à subversão; Infiltrações de agentes subversivos; Organizações e actividades político-subversivas em ANGOLA. Especial atenção para as zonas limítrofes da área de guerrilha e regiões ainda não afectadas pelo In.” (CCFAA, 1972b, p. Anx B - 36).

Consegue perceber-se que apesar dos EEI serem comuns a todas as entidades, existia depois uma orientação específica sob a forma de Ordens ou Pedidos de Pesquisa a cada uma das organizações, vocacionando-as para a disciplina de informações em que trabalham bem como para o nível de informações, seja tático ou estratégico. Desta forma, estavam identificadas as necessidades de informação. A partir daqui percebe-se qual o nível, função e desempenho de cada uma das entidades no âmbito da pesquisa e qual a sua contribuição para a mesma.

4.2. Pesquisa de Notícias

A fase de Pesquisa é contínua e visa garantir uma recolha sistemática de notícias e indícios que garantam a possibilidade de manter uma superioridade nas informações e garantir assim a vantagem nas operações, já que estas são interdependentes⁴². Sendo assim e tendo em vista coordenação das ações de pesquisa de todas as forças no TO, pode ler-se nas “Instruções de Coordenação” da respetiva Diretiva “As NF devem: Desenvolver ao máximo o conhecimento do terreno, inimigo e populações, através de forças de quadrícula e meios de reconhecimento aéreo, com base numa ação eminentemente ofensiva e contínua; Conduzir no campo tático, a ação no sentido de obter a surpresa sobre o inimigo fazendo largo uso da informação e variando constantemente os locais, horas e processos de atuação

⁴² Princípio da Interdependência entre as Informações e Operações.

e fugindo aos métodos rotineiros de viver e combater; Explorar constantemente o sucesso perseguindo o In com o mais elevado espírito ofensivo e através de todos os indícios da sua presença anterior.” (CCFAA, 1972b, p. 20)

Tendo estas coordenações em mente, foram atribuídas as seguintes tarefas no âmbito de pesquisa de notícias à 2ª RA: “Apoia pelo reconhecimento [...] as Forças de Superfície; Concorre para um conhecimento actualizado do inimigo através de reconhecimentos aéreos a realizar segundo diretivas específicas ou coordenadamente com os comandos de superfície; Concorre pela fotografia aérea, para a execução de fotomapas e fotoplanos necessários ao apoio das operações e ao completamento da cobertura de Angola.” (CCFAA, 1972b, p. 10).

Quanto ao SRT/RMA recebeu as tarefas de planear e executar “a interpretação das redes de Tms In dentro ou fora de TN e ainda as redes de Tms dos países limítrofes cuja utilização pelo In seja conhecida ou provável. Analisa e difunde o respetivo tráfego.” (CCFAA, 1972b, p. 19)

Quanto às forças no terreno, o Comando da ZML, enquadrado pela Diretiva do CCFAA, planeou a sua ação de pesquisa no terreno, refletindo-se na sua manobra operacional, empregando as suas forças para “... actuar, nos aspetos da Informação, Contra-Subversão e Segurança em toda a ZA, com prioridade para a faixa envolvente da área de guerrilha e para as áreas pacificadas, por forma a consolidar as áreas recuperadas e impedir o aparecimento da subversão. Para isso, exercer um intenso esforço de informação nas áreas pacificadas, em especial a oeste do Cuanza, na área do Cuchi (a Oeste de Serpa Pinto) e entre os rios Cuito e Cubango.” (CECA, 2006, p. 356). Sendo assim, a ZML procura informação para garantir a contenção da subversão, centrando a sua atuação nas zonas de fronteira entre controlo português e controlo das forças dos movimentos.

Fruto da atividade operacional durante o período de 1972, surgiu a hipótese de que o Movimento Popular Libertação de Angola (MPLA) tivesse reorientado o seu esforço, e criou-se a necessidade de conhecer a situação do In na zona da “Manga”⁴³, sendo para isso organizado um Agrupamento, designado por Agrupamento RAIO, para atuar nessa Zona e

⁴³ A “Manga” era uma das áreas prioritárias de atuação na ZML, como definido pela Diretiva nº15/72 da ZML resultante da Diretiva RAIO VERDE do CCFAA. Esta área era definida pelo Rio Sanjamba – rio Cuito – Longa – Cueio, pelo Alto Cuito – Lupire – Cangamba, a Sul de Cangombe – Muié e por Ninda – Chiúme (CECA, 2006).

recolher indícios e notícias com vista a esclarecer a situação e explorar as informações resultantes (CECA, 2006).

Numa fase inicial foi executado um intenso esforço de pesquisa para confirmar a hipótese levantada, não tendo esta pesquisa obtido resultados favoráveis. Apesar de desde o início surgirem indícios que pareciam confirmar a hipótese, esta apenas foi confirmada quando um guerrilheiro vivo foi capturado e interrogado (CECA, 2006).

Foi deste modo, desencadeada uma operação com o Agrupamento RAIO que visava “...esclarecer a situação do MPLA nesta zona sensível que colocava em ameaça direta a sede do Comando da ZML e era fortemente alimentada pela rota do Rio Luena (Rota Agostinho Neto). Pretendia-se, em especial, detectar grupos In do MPLA pertencentes aos Esquadrões “Sakembo”, “Vitória”, “Voina” e outros, destruí-los e tentar capturar elementos que pudessem lançar luz sobre o In, explorando-os o mais rapidamente possível.” (CECA, 2006, p. 374).

Para esta operação, o Agrupamento centrou as suas operações na pesquisa, procurando responder aos seguintes EEI: “O In procura o contacto?; O In é muito numeroso e agarra-se ao terreno?; O In, com especial incidência para o “Esquadrão Vitória”, mantém-se em força nos Setores 4 e 7 da Zona A/III RM? Caso afirmativo, onde e com que meios?; Haverá outros esquadrões na área, em reforço?; O In mantém populações sob controlo, em número significativo?” (CECA, 2006, p. 374). É perceptível que os EEI atribuídos ao Agrupamento eram muito mais específicos e de cariz puramente militar, de nível tático, denotando-se uma diferença com os que surgiram na fase de Orientação do Esforço de Pesquisa do CCFAA.

No final da operação, as forças portuguesas conseguiram responder às necessidades de informação, como se demonstra no Apêndice G, que relaciona os resultados da operação com os EEI.

Esta operação visava obter informação e simultaneamente explorá-la, de forma imediata, para rentabilizar as notícias recolhidas. Demonstra-se assim a interdependência

entre as operações e as informações. Este tipo de operações de reconhecimento era executado pelas Forças de Intervenção⁴⁴ sob o comando direto da Zona Militar.

O final da fase de pesquisa é demarcado pela passagem das notícias recolhidas ao escalão superior com vista a posterior estudo. Esta transmissão era feita nos baixos escalões, através de Relatórios Imediatos (RELIM) e quando em operações, realizado através de meios rádio.

4.3. Processamento de notícias

A fase de Processamento de Notícias visa transformar notícias em Informação. Para esse fim esta fase é composta pela parte do registo, estudo e interpretação⁴⁵ (EME, 1966f).

Na fase de Registo, procura registrar-se a entrada de todas as notícias, ordenando-as e garantindo uma lógica para a sua análise. Logo, nesta fase, a notícias é examinada pelo oficial de serviço da repartição para verificar a sua utilidade imediata para as operações, com vista a não perder a oportunidade da notícia. Nesta fase, os grandes apoios são o Diário de Repartição de Informações⁴⁶, a Carta de Situação do In, a Pasta de Trabalho do oficial de Informações e os Arquivos de Informações (EME, 1966f).

Na fase de Estudo de Informações, analisa-se a notícia em três partes: em relação à sua Pertinência, ao Grau de Confiança da Fonte e à Verosimilhança da mesma. Obtém-se no final uma classificação da notícia, garantindo assim uma melhor perceção para o analista se a mesma é confiável ou não (EME, 1966f).

No momento de Interpretação, o analista vai determinar o significado de uma notícia, em relação a outras notícias ou informações existentes, e deduzir conclusões, relacionando-as com a situação no momento. Esta fase compreende três momentos distintos: a Análise, a Integração e a Dedução de Conclusões (EME, 1966f).

⁴⁴ As forças de Intervenção tinham a função de Intervenção que compreendia “Socorrer unidades, povoações e instalações atacadas: Procurar o inimigo e hostilizá-lo o mais possível, por toda a parte; Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes referenciados e suas instalações.” (EME, 1966a)

⁴⁵ Ver Apêndice H

⁴⁶ Nas PU este não existia, sendo utilizado apenas o Diário da Unidade. “É um documento onde são registados, cronologicamente, os resumos das mensagens escritas ou verbais, recebidas e expedidas, referências a boletins e ordens...” (EME, 1966f, p. II - 1).

A Análise consiste em “...determinar e isolar os seus elementos significativos relativamente à missão e atividade da Unidade.” (EME, 1966f, p. VI - 11).

A Integração consiste “...na combinação dos elementos individualizados [...] com outras notícias ou informações já conhecidas, a fim de se formularem uma ou mais hipóteses lógicas relativas à influência na missão da Unidade, das possibilidades do inimigo ou das características da área de operações” (EME, 1966f, p. VI - 11). Para validar as hipóteses formuladas, estas são estudadas e determinam-se os indícios técnicos a verificar-se para a sua validação (EME, 1966f).

A Dedução de Conclusões é a “... dedução do significado da hipótese que foi considerada válida como resultado da integração.” (EME, 1966f, p. VI - 11).

Chega-se assim ao fim desta fase, com uma imagem clara de que a notícia foi transformada numa informação e que após estudo, tendo sido levantadas hipóteses, estas foram confirmadas. Após a sua confirmação, importa deduzir o que elas representam para a unidade dentro da sua atividade no momento ou futura.

Segundo Renato Marques Pinto (citado em Antunes, 1995), além das Repartições de Informações do SIM, os SCCIA centravam a sua atividade nesta fase do CPI, analisando as notícias que chegavam do terreno e comparando-as com a propaganda, atividades e outras notícias que lhe chegavam sobre os movimentos ou países que os apoiavam.

4.4. Exploração e disseminação das informações resultantes

Nesta fase procurava-se obter o máximo rendimento das Informações recolhidas. Este rendimento materializava-se em operações, o que garantia obter a superioridade perante o inimigo. Essas operações deviam ser realizadas com oportunidade, ou seja com base em informações válidas.

Para essa finalidade nesta fase, as Informações serviam dois propósitos: o de serem apresentadas ao Comandante e o de serem difundidas pelos restantes interessados.

A apresentação ao Comandante era feita sob a forma de Estudo de Situação de Informações. Este estudo pretendia dar uma visão clara ao Comandante, inteirando-o da

situação das suas forças, do inimigo e das características da sua AOp. As informações cumpriam assim o seu papel principal, o de apoiar a decisão do comandante.

A difusão visava garantir que os diferentes escalões possuísem os mesmos elementos sobre o inimigo e área de operações, a fim de que o planeamento se enquadrasse de forma igual para todos. Como o processamento de informações era feito a todos os níveis, existia uma difusão de informações de baixo para cima, e de cima para baixo (EME, 1966f).

A difusão era feita ao nível da Companhia através de Relatórios Imediatos (RELIM) e Sumários de Informações (INTSUM)⁴⁷, eram sobretudo Relatórios que compilavam as notícias recolhidas. Quando em operações, era predominante o RELIM, realizado através de meios rádio, sendo posteriormente trabalhado em quartel e enviado o INTSUM. Ao nível do Batalhão e do Setor, que possuíam já Repartições de Informações, a informação era sistematizada e enviada, por vezes sob a forma de Relatório de Situação (SITREP)⁴⁸. A Zona Militar enviava SITREP diários para o comando da RMA, bem como RELIM. A Zona fazia também Relatórios Periódicos de Informações (PERINTREP⁴⁹), Relatórios Suplementares de Informações (SUPINTREP⁵⁰) e Relatórios Especiais de Informações (Monteiro, Pais, Polho, & Louro, 2015). Os SUPINTREP visavam sobretudo complementar os SITREP diários e condensavam informações sobre “...táticas, técnicas, modos de atuação, ordem de batalha dos elementos combatentes e a sua implantação no terreno, estudos sobre doutrina, acção política e político-administrativa [...] estudos étnicos, sociais, religiosos e económicos...” (Cardoso P. , 2004, p. 205).

A difusão no sentido descendente era sobretudo apoiado no Relatório Periódico de Informações, que era elaborado duas vezes por semana e era distribuído por várias unidades. É notório o aumento do detalhe e do estudo realizado ao nível de cada escalão, aumentando a precisão e o detalhe conforme se subia no escalão.

Como resposta à QD2 “Como se processava o Ciclo de Produção de Informação?” e descrevendo a Atividade, segundo o nosso modelo de análise, podemos dizer que a operacionalização do CPI era responsabilidade de todas as entidades. A Orientação do

⁴⁷ INTSUM é a abreviatura em inglês para *Intelligence Summary*, que significa Sumários de Informações.

⁴⁸ SITREP é a abreviatura em inglês para *Situation Report*, que significa Relatório de Situação.

⁴⁹ PERINTREP é a abreviatura em inglês para *Periodical Intelligence Report*, que significa Relatório Periódico de Informações.

⁵⁰ SUPINTREP é a abreviatura em inglês para *Supplementary Intelligence Report*, que significa Relatório Suplementar de Informações.

Esforço de Pesquisa era realizada pelo Comando-Chefe e eram atribuídas Ordens/Planos de Pesquisa a todos os órgãos de pesquisa. A Pesquisa era uma atividade contínua, no entanto a realização de missões específicas era enquadrada segundo as Ordens de Pesquisa dos escalões superiores. Esta pretendia responder aos EEI levantados e validar hipóteses que surgiam após o estudo das notícias recolhidas. O Processamento de Notícias era a fase de análise, onde as notícias se tornavam informações e se registavam as notícias recolhidas, determinava-se a sua validade e eram interpretadas. A sua validade relacionava-se com a sua importância para a missão da unidade, a fiabilidade da fonte e a possibilidade da notícia ser real. A interpretação da notícia prendia-se com a sua relação com as restantes notícias e integração no conjunto de informações disponíveis para retirar conclusões e perceber o seu impacto para as operações. A última fase, Exploração e disseminação das informações resultantes, servia para informar o Comandante da análise resultante do CPI, pondo-o ao corrente do que passava e assim auxiliando a sua decisão. Além do Comandante, existia a disseminação da informação por todas as entidades, para garantir um quadro comum de ideias.

Sendo a Pesquisa uma das fases cruciais do CPI e a que envolve mais meios, é importante detalhar como se processava a mesma e como estavam organizados os meios para esta atividade.

CAPÍTULO 5. PROCESSOS DE RECOLHA DE NOTÍCIAS

Neste Capítulo respondemos à QD 3 “Como era realizada a pesquisa de notícias?”, sendo o mesmo organizado segundo descrição dos meios de pesquisa e o seu emprego e a organização em disciplinas de informações e depois a descrição da atividade de pesquisa segundo as disciplinas de Informações.

5.1. Organização dos meios de pesquisa e o seu emprego

Ainda no âmbito da atividade das informações, salientamos a pesquisa de notícias por ser importante no garante da continuidade de informação proporcionada ao comandante para poder decidir de forma ajustada e atempada (EME, 1966e). A informação torna-se mais relevante no conflito subversivo para garantir a possibilidade de permitir “...a separação dos elementos ativos da subversão do resto da população.” (EME, 1966b, p. V - 2).

As notícias podem ser categorizadas em dois tipos distintos: sobre o Inimigo (interno e externo) e sobre Características da AOp, como população, terreno e condições climáticas e meteorológicas (EME, 1966b), aspetos que assumem especial relevo e significado quando abordamos o combate à subversão, visto que esta tipologia de combate tem de conceder especial ênfase ao centro de gravidade da subversão, o apoio da população civil.

Para recolher notícias é preciso perceber de onde estas surgem, sendo assim definidas como Origens de Notícias, “...pessoas, coisas ou ações das quais se podem obter notícias acerca do Inimigo e das Características da Área de Operações.” (EME, 1966f, p. V - 2). Num conflito subversivo, as origens de notícias consideradas são “... população; elementos descontentes do movimento subversivo; pessoal, documentos e material capturados; cartas e fotografias aéreas; transmissões do inimigo.” (EME, 1966b, p. V - 11).

Neste sentido a população era considerada como um dos elementos mais significativos na origem de notícias. Esta situação sustentava-se pela proteção e apoio que esta proporcionava a esta tipologia de ameaças, já que era nesta que o inimigo se diluía, e sendo assim era a partir da população que se conseguia garantir um relato real das movimentações do inimigo (EME, 1966b). No entanto, as fontes com origem no meio da população tinham de ser especialmente protegidas, já que existia a possibilidade de represálias.

Entre vários salientamos, a título de exemplo, situações que podiam tornar-se perigosas para as forças de contra-subversão, tais como elementos descontentes que garantiam informações atualizadas sobre os movimentos em que participavam. As notícias destes deviam ser tratadas de uma forma especial para garantir a sua veracidade, já que estes elementos podiam ser agentes de contra-informação inimiga (EME, 1966b).

No que diz respeito ao pessoal, documentos e material capturados, estes tornaram-se valiosas origens de notícias. O pessoal capturado devia ser imediatamente alvo de um Interrogatório Sumário, com vista à exploração oportuna das informações que possuía, sendo posteriormente enviados para os escalões superiores para Interrogatórios Formais (EME, 1966g). Os documentos capturados ajudavam a compreender os planos e composição do inimigo, e se estivessem na posse de algum elemento capturado isso devia ser referido e explorado em interrogatório. Estes documentos eram analisados no terreno para exploração oportuna das informações e posteriormente enviados para entidades superiores para garantir um estudo completo dos mesmos (EME, 1966g). O mesmo se passava com o material capturado, sendo que neste caso não possuía tanta rendibilidade para a exploração imediata, mas garantia a oportunidade aos escalões superiores de estudarem o equipamento inimigo, bem como quem apoiava as forças inimigas (EME, 1966g).

As Cartas e Fotografias Aéreas garantiam importantes fontes de estudo em relação ao terreno, assegurando a possibilidade de um planeamento mais eficaz. Sendo que grandes extensões dos territórios em Angola não estavam cartografadas, a fotografia aérea torna-se ainda mais importante para garantir esse estudo do terreno. Era também possível, através da fotografia aérea, perceber indícios da presença de forças inimigas, procurando acampamentos, hortas ou caminhos (EME, 1966b).

A exploração das Transmissões inimigas, garantia especial vantagem porque permitia entrar nas redes e obter informações, bem como transmitir mensagens falsas ou ordens

contrárias. Tornou-se assim uma possibilidade rendosa de contra-informação e de origem de notícias. É importante realçar que esta exploração, implicava a capacidade do inimigo possuir meios rádio, o que só se verificou em larga escala numa fase posterior do conflito (EME, 1966b).

Uma vez referenciadas possíveis origens e fontes de informação, importa explicar a organização dos órgãos de pesquisa através do tipo de fontes em que se centravam, segundo Renato Marques Pinto (1997), podemos evidenciar que se organizam segundo disciplinas de informações⁵¹, HUMINT, SIGINT, IMINT e Technical Intelligence (TECHINT)⁵².

A TECHINT é sobretudo uma disciplina de análise e estudo, baseada no material capturado, e que se enquadra na fase de Processamento da Informação e não fase de Pesquisa, não sendo abordada como um processo de recolha de notícias.

Tendo em consideração as disciplinas de informações, o dispositivo era organizado para a exploração das mesmas, orientando cada tipo de força para a exploração segundo um determinado tipo de origem e capacidades do órgão de pesquisa⁵³. No entanto, todas as entidades deviam explorar ao máximo todas as origens com vista a complementarem a sua recolha e garantir a Sobreposição⁵⁴ de notícias, permitindo a sua confirmação (EME, 1966e), sendo que a atividade de todos os órgãos de pesquisa devia ser coordenada para garantir um Equilíbrio de Esforços⁵⁵ (EME, 1966e).

Esta sobreposição foi de especial importância, por possibilitar a identificação e a atribuição de um grau de confiança às fontes e permitir efetuar a verosimilhança, que

⁵¹ A organização dos órgãos de pesquisa por disciplinas de informações não está previsto no RC Informações de 1966, no entanto faz parte da doutrina atual de informações (PDE 2-00 Informações, Contra-Inteligência e Segurança). A explicação dos mesmos segundo as disciplinas é baseada na abordagem do Brigadeiro Renato Marques Pinto, para garantir uma compreensão do que era executado à época segundo a doutrina atual e permite fazer os paralelismos necessários.

⁵² A TECHINT não é considerada pelo PDE 2-00, como uma das disciplinas das Informações. No entanto este termo é empregue pelo Brig Renato Marques Pinto para descrever o estudo do Inimigo baseado no material capturado, e é com essa lógica que o termo é empregue.

⁵³ Ver Apêndice I

⁵⁴ A Sobreposição é um dos princípios da escolha de órgãos de pesquisa, segundo a doutrina da época. Enuncia que “O estudo das notícias requer a sua comparação com as notícias obtidas por outros órgãos ou provenientes de outras origens. Consequentemente, deve utilizar-se mais do que um órgão na pesquisa de uma determinada notícia.” (EME, 1966e, p. V - 11)

⁵⁵ O Equilíbrio de Esforços é um dos princípios da escolha de órgãos de pesquisa, segunda a doutrina da época. Enuncia que “Dentro dos limites impostos pelos princípios anteriores, o esforço de pesquisa deve ser judiciosamente distribuído pelos vários órgãos de pesquisa.” (EME, 1966e, p. V - 11)

consistia na validação da informação através do cruzamento de fontes, e era perceptível nas ordens e pedidos de pesquisa, que eram comuns a vários órgãos de pesquisa⁵⁶.

5.1.1. HUMINT

Face à tipologia de conflito, à proximidade com a população e ao que se verificou na operacionalização da recolha de informação, concedemos especial atenção à recolha de informação do homem através do homem – HUMINT. No que diz respeito a esta disciplina de informações, o Exército e a PIDE eram as duas estruturas que apresentavam produtos significativos.

Para responder à subversão, o Exército Português teve de se adaptar de forma a conseguir combater a ameaça e conquistar o apoio da população. Para tal teve de se organizar de forma a ocupar todo o território a fim de “...manter um contacto próximo com a população” local (EME, 1966b, p. IV - 12) em que, as forças que desenvolviam e executavam esta proximidade à população local assumiam a designação de Forças de Quadrícula. Estas forças, das quais a unidade básica era a Companhia (EME, 1966b), tinham como tarefas, entre outras, as de “...pesquisar constantemente notícias sobre o inimigo e obter elementos que permitam conhecer cada vez melhor o terreno e a população...” (EME, 1966a, p. Anx - 28).

Enquadrada pelas Ordens/Planos⁵⁷ de Pesquisa recebidos do Batalhão, a Companhia, bem como os Pelotões de Reconhecimento do Batalhão, pesquisavam dentro da sua AOp, segundo estas Ordens, tendo no entanto a responsabilidade de exercer uma pesquisa continua com vista a manter-se a par dos movimentos do inimigo (Monteiro, Pais, Polho, & Louro, 2015).

A Companhia desenvolvia a sua ação de pesquisa executando Patrulhas que se centravam nos limites dos setores, caminhos existentes e áreas com boas condições para

⁵⁶ Ver Ordens e Pedidos de Pesquisa na Fase de Orientação do Esforço de Pesquisa, no Capítulo 4.

⁵⁷ Os Planos de Pesquisa incluem Elementos de Informação (EEI), os Indícios Técnicos correspondentes aos EEI identificados, os Quesitos Concretos relativos a cada um dos Indícios Técnicos, os Órgãos de Pesquisa para cada um dos Quesitos Concretos (visa garantir o cumprimento dos princípios da aptidão, sobreposição e equilíbrio de esforços), a Hora de Recepção das Notícias e Destinatário e eventuais Observações (EME, 1966f).

acampamentos, todos elas com características importantes e significativas para o desenvolvimento da subversão. Eram executadas no período diurno e noturno para garantir surpresa e tinham o objetivo de contactar com todo o pessoal e viaturas não identificadas, bem como reconhecer o terreno envolvente e procurar indícios de movimentos ou instalações de forças e seus movimentos (EME, 1966b). Quando necessário, pela suspeita ou revelação de indícios técnicos⁵⁸ de possível presença de elemento subversivos, as unidades de Companhia, muitas vezes enquadradas pelos Batalhões, executavam reconhecimento específicos ou batidas (CECA, 1988) com a finalidade de satisfazer as necessidades de informação e responder aos quesitos concretos que poderiam despoletar ações com forças de combate.

No decorrer destas ações existia a possibilidade de capturar elementos dos movimentos subversivos, bem como documentos e material de guerra. Se tal acontecesse, seria feito imediatamente um interrogatório sumário, com vista ao desenvolvimento de operações. Os documentos e material capturados eram analisados e utilizados, se necessário e possível no interrogatório. Depois de analisada a sua importância para a AOp da unidade captora, com possíveis operações futuras, para explorar o conhecimento obtido, eram encaminhados para o Escalão Superior (EME, 1966b).

A captura de material tornava-se também um elemento importante a considerar nas ações de patrulhamento, já que garantia a possibilidade de perceber, ao nível do local, como as forças opositoras se encontram equipadas e ao nível estratégico permitem perceber quais os apoios que estas forças recebiam. A captura de equipamento era sobretudo responsabilidade das companhias, mas a real importância era a de passar imediatamente este equipamento ao escalão superior para um estudo mais aprofundado, garantindo assim a possibilidade de perceber a proveniência e o tipo de apoio que os movimentos recebiam (EME, 1966b).

Além das ações de patrulha, a atividade diária das forças militares era orientada para o contacto com a população local, já que o “...mais útil é convenceremos as populações nativas de que nós é que somos os seus verdadeiros amigos e que merecemos a sua confiança.” (Felgas, 1963, p. 672), garantindo assim segurança e confiança, com vista a que esta viesse a funcionar como origem de notícias já que “A guerra em Angola é uma guerra

⁵⁸ Os Indícios Técnicos deveriam ser adaptados à realidade da atuação dos movimentos subversivos da área, bem como ao terreno da AOp do Batalhão e da Companhia (EME, 1967a).

de informação [...] informação que, em regra, só os nativos podem dar” (Felgas, 1963, p. 672). Esta presença e confiança pretendiam garantir o apoio da população com vista à partilha de conhecimentos sobre os movimentos. Esta atividade garantia também a capacidade de identificar elementos descontentes e convencê-los a trabalhar para as forças portuguesas (EME, 1966b).

A Companhia tinha ainda a possibilidade de empregar agentes especiais⁵⁹, normalmente recrutados da zona, para garantir informações a partir do interior dos próprios movimentos. No entanto, estes agentes deviam “...actuar sob diretivas de um Centro Conjunto de Informações⁶⁰, para que seja assegurada a necessária coordenação entre forças militares e as da Polícia.” (EME, 1966b, p. V - 15).

Para garantir a rápida e eficiente transmissão de notícias, importa referir a vital capacidade dos meios rádios que equipavam as forças portuguesas, já que “A Informação, servida pelas Transmissões, constitui, nesta modalidade de guerra, o pilar de toda a acção militar.” (Oliveira H. , 1964, p. 814). Os meios rádio asseguravam o contacto constante entre forças, bem como uma a garantia de oportunidade à exploração das notícias recolhidas, cumprindo assim um dos princípios das Informações (Felgas, 1963).

Fruto da adaptação do Exército a este tipo de conflito, existiu um estímulo para que todas as Armas e Serviços contribuíssem com a especificidade de cada força para o esforço geral. Apesar de existir uma reformulação de unidades de Cavalaria e Artilharia para servirem como unidades de atiradores, foram empregues forças destas Armas segundo a sua orgânica e tipologia de missões convencionais.

Unidades de reconhecimento blindadas⁶¹, que garantem maior protecção às forças e permitem ganhar vantagem através do seu poder de fogo, foram dentro das possibilidades

⁵⁹ Estes agentes especiais podem ser “Intérpretes de confiança [...] agentes infiltrados na organização subversiva ou, pelo menos, nas populações sob o seu controlo; caçadores [...] milícias especiais [...] pisteiros. que, acompanhando as patrulhas, saibam interpretar o significado dos pequenos indícios que o inimigo sempre vai deixando...” (CECA, 1990, p. 159)

⁶⁰ Este Centro Conjunto de Informações viria a ser assumido, após a criação da Estrutura de Contra-Subversão, pelos CDCS, e pela Comissão Distrital de Informações correspondente, bem como a nível local pelos CLCS

⁶¹ Estas unidades de reconhecimento variavam no seu equipamento, com unidades equipadas com Auto-Metralhadoras Daimler, AML Panhard, EBR Panhard e ETT Panhard. Foram também empregues Carros de Combate, nomeadamente na reconquista de Nambuangongo (Lauret, 2016). Até ao dia de hoje, foi este o único TO em que Portugal empregou Carros de Combate numa situação de combate real Universidade de Coimbra (UC, 2012).

do terreno e da atividade inimiga empregues em missões de reconhecimento e segurança em Angola (CECA, 2006).

Demonstrando a capacidade de adaptação, o Exército empregou forças a Cavalo⁶², como solução para um terreno extenso, com características de savana como era característico na ZML⁶³, tendo a primeira destas unidades a sua sede em Silva Porto (Freire, 2002). Estas unidades cumpriam missões de reconhecimento ao longo da fronteira, reconhecimentos de área com vista a prevenir a influência das forças dos movimentos na população e manter a ligação com a população em áreas remotas, entre outras (Freire, 1998). Não tinham uma lógica de unidades fixas no terreno com uma AOp para reconhecer, eram unidades que tinham o seu ponto forte na mobilidade e que garantiam o reconhecimento em zonas remotas e/ou de difícil acesso, sendo consideradas como forças de intervenção e servindo como apoio às forças de quadricula (Pinto L. T., 2010).

Por outro lado, a PIDE tinha o seu dispositivo articulado por todo o território, formado pelas suas delegações, sub-delegações e postos. A grande diferença na recolha de notícias, em relação às forças militares, era que a sua principal vocação era a recolha de informações no exterior do território e ao nível estratégico (Cardoso P. , 2004).

Esta recolha era executada através de informadores⁶⁴ e espiões, nos países limítrofes, infiltrados dentro dos movimentos, sendo que estas redes de espiões eram controladas, na maioria das vezes, a partir de Lisboa, possibilitando assim a coordenação de informações ao nível dos 3 TO em que Portugal combatia (Mateus, 2011).

Estes informadores eram recrutados através de chantagem, exploração de afinidades ideológicas, apelo a laços familiares ou de amizade, incentivos monetários e/ou materiais e exploração de “fraquezas morais”, nomeadamente vícios (Mateus, 2011). Tanto se tratavam de pessoas com alguma educação até pessoas sem frequência escolar, mas com experiência em círculos políticos populares. Não era raro estes informadores, por vezes, atuarem como agentes duplos entre a PIDE e os movimentos. Da pesquisa de notícias, realizada por eles

⁶² Estas unidades são conhecidas como Dragões de Angola, tendo recebido o seu nome a partir das unidades de Cavalaria que antes da guerra se sediavam em Luanda. O nome Dragões indica a tipologia de forças e a lógica de emprego, já que são forças montadas mas que combatem como infantaria (Abbot & Rodrigues, 1988)

⁶³ Ver Apêndice B

⁶⁴ Informadores eram “Na opinião do inspector Pereira Carvalho [...] todo o indivíduo ligado ou com acesso a qualquer sector de actividade política, que se identificava com um pseudónimo e recebia uma quantia mensal como pagamento do seu trabalho. As relações do informador com a Polícia não seriam vinculativas...” (Mateus, 2011, p. 58). Sendo assim distinguem-se dos espiões, que não podem desvincular-se da polícia.

realizada, fazia parte criar relações com mulheres relacionadas com movimentos, infiltrar-se e vigiar elementos dos movimentos (Mateus, 2011).

A PIDE possuía assim redes de informadores nos Congos⁶⁵, infiltrando-se na União dos Povos de Angola (UPA) e no MPLA, garantindo acesso privilegiado às movimentações subversivas realizadas por estes movimentos. Estas redes de informadores prolongavam-se para a Zâmbia, Guiné-Conacri e Senegal, com vista a vigiar a evolução das estruturas e o planeamento das ações dos movimentos. Estendiam-se às principais cidades destes países, com vista a garantir uma cobertura alargada de fontes (Mateus, 2011).

Empregou também os seus agentes em vigilâncias como forma de complementar o trabalho realizado pelas suas redes de informadores. Os frutos deste trabalho foram visíveis com uma recolha pormenorizada de notícias sobre os movimentos, o que permitiu a perceção, por parte das forças portuguesas, do conflito entre eles.

Para garantir a pesquisa no interior de Angola e em zonas remotas, a PIDE criou os Flechas, unidades de nativos, os bosquímanos, que tinham a vantagem de estar completamente adaptados ao terreno e condições meteorológicas. Tinham também uma forte capacidade pisteira e executavam missões de reconhecimento de área e zona, sendo fulcrais para identificar indícios da presença das forças dos movimentos. Serviam para pesquisar notícias ao nível tático e trabalhavam em cooperação com as unidades do exército na sua área, muitas vezes servindo como força de reconhecimento para operações subsequentes. Dependiam da PIDE e durante grande parte do conflito recebiam as suas missões das Delegações Distritais. Com a remodelação imposta pela chegada do Gen Costa Gomes, os Flechas passaram a ser controlados pela entidade militar da área, para garantir a coordenação de esforços nas operações (Cann, 2013).

5.1.2. Outras Disciplinas de Informações

No que diz respeito à SIGINT, esta era sobretudo responsabilidade do SRT, que dependia diretamente da CHERET e funcionava diretamente para o Comando-Chefe, sendo que por vezes cumpria missões para os Comandos de Zona.

⁶⁵ República Democrática do Congo e a República do Congo.

Ao nível estratégico, o SRT escutava a transmissão de rádios⁶⁶ procurando, segundo Renato Marques Pinto, “...conhecer a orientação da sua propaganda e, por vezes, um ou outro elemento de interesse operacional.” (Antunes, 1995, p. 473) que procuravam minar o moral das forças portuguesas, fazendo um esforço para perturbar a receção das mesmas dentro do TO. Após estas escutas elaboravam os Boletins Periódicos de Escutas Rádio (Monteiro, Pais, Polho, & Louro, 2015).

Ao nível tático, funcionava com base em destacamentos e a sua missão principal era obter “...notícias e informações provenientes da escuta rádio e de outras emissões electromagnéticas do inimigo e garantem a segurança das nossas próprias transmissões. Conduzem também acções limitadas de guerra electrónica.” (EME, 1966e, p. V - 15)

Este serviço assentava em estações espalhadas pelo território [destacamentos] que cumpriam missões de intercepção de transmissões, empastelamento ou até contra-informação. Ao nível tático das operações, procuravam perceber as movimentações das forças dos movimentos, bem como possíveis operações que iriam ser desencadeadas.

No que diz respeito à recolha e tratamento de informação com recurso à IMINT, os órgãos de pesquisa pertenciam sobretudo à Força Aérea, que utilizava os seus aviões para garantir o apoio aéreo às forças terrestres. A doutrina da Força Aérea para um conflito subversivo foi também baseada na experiência francesa e inglesa (Bispo, 2010).

A Força Aérea estava organizada em Angola, na 2ª Região Aérea, que tinha a Base Aérea nº 9 em Luanda e dois Aeródromos-Base dependentes desta, o nº3 em Negage e nº4 em Henrique de Carvalho. Destas estruturas dependiam ainda vários Aeródromos de Manobra e Aeródromos de Recurso. Contabilizavam-se no total, no fim do conflito, cerca de 16 infraestruturas deste tipo, o que possibilitava o apoio em todo o território às forças terrestres (Fraga, 2001).

O apoio às forças terrestres tinha duas modalidades, pedidos a tempo ou urgentes. Os pedidos urgentes serviam sobretudo para apoiar forças que estavam empenhadas em combate, enquanto os pedidos em tempo serviam para responder a necessidades das forças de quadrícula, quer em operações quer em informações. Esta necessidade de apoio levou à

⁶⁶ A Rádio era considerada como uma das diversas Origens de Notícias, pela doutrina da época.

criação de alguns aeródromos dependentes de forças de quadrícula [escala Setor], garantindo-lhe apoio direto (Fraga, 2014).

As missões aéreas “...eram muito orientadas para o reconhecimento...” (Bispo, 2010, p. 12) sendo que tinham a tipologia de “...Reconhecimento (visual ou fotográfico de zonas destinadas a futuras intervenções; vigilância aérea e armada dos movimentos fronteiriços em áreas suspeitas)...” (Fraga, 2001, p. 32). Estas permitiam facilmente detetar as movimentações de forças ou sinais suspeitos de ataques iminentes (Bispo, 2010), sendo até criadas as Unidades Táticas de Contra Infiltração, que combinavam Helicópteros, Aviões, equipas de pistagem e forças de paraquedistas, que se centravam em explorar o aparecimento de novos trilhos ou infraestruturas na zona fronteira (Corbal, 2011).

O reconhecimento visual era desenvolvido de uma forma sistemática, cumprindo um plano, sendo que a sua execução não dependia da realização de operações, cumprindo assim o Plano Permanente de Reconhecimento Sistemático Visual e Fotográfico (Corbal, 2011). A Força Aérea atuou de forma autónoma no planeamento e execução de várias acções, explorando notícias, relatórios de operações e desenvolvendo reconhecimento aéreo visual e fotográfico sistemático (Bispo, 2010), denominado Reconhecimento Visual de Informação Sistemática (RVIS).

Concorrendo para o apoio às forças terrestres, a Força Aérea executava Reconhecimentos Aéreos Visuais para as Forças Terrestres (Corbal, 2011). Estas missões visavam garantir uma visualização da AOp aos militares das forças terrestres, assumindo a tipologia de Exploração de Zona, Pesquisa Específica, Reconhecimento de Itinerários, Regulação de Tiro e Reconhecimento de Contacto (EME, 1966d). Estas missões procuram indícios da passagem de forças hostis, nomeadamente trilhos, instalações, hortas e alterações significativas no terreno. Estas missões procuram adaptar-se à necessidade das forças terrestres garantindo uma especificidade para cada tipo de missão. Existe, no entanto, a ressalva de que era necessária experiência para encontrar indícios, que muitas das vezes estão camuflados, e que se deveria privilegiar a permanência dos pilotos na mesma zona com a finalidade de garantir uma percepção na eventualidade de existirem mudanças no terreno (EME, 1966d).

Quanto ao uso da Fotografia Aérea, garantia uma minimização do impacto da in experiência dos pilotos, já que era perceptível aos olhos dos especialistas as alterações no terreno, bem como o surgimento de novos trilhos e/ou outro tipo de infraestruturas. A

fotografia aérea garantia ainda a possibilidade de desenvolver foto-mapas e cartas topográficas, que eram essenciais para as operações das forças terrestres (CECA, 1988).

Quanto à QD3 “Como era realizada a pesquisa de notícias?”, em que se descreve um aspecto particular da Atividade, as diferentes fontes de notícias foram organizadas mediante as Disciplinas de Informações. Esta organização permitiu orientar cada um dos órgãos de pesquisa por Disciplina de Informações, garantindo uma maior rentabilidade dos mesmos. As forças militares no terreno e a PIDE focaram-se sobretudo na HUMINT, sendo que o SRT trabalhava o SIGINT e a Força Aérea trabalhava o IMINT. As forças militares desenvolviam a sua pesquisa através de patrulhas, batidas e no desenrolar das suas operações. A PIDE desenvolveu redes de informadores, baseadas em agentes duplos e agentes seus infiltrados. Adicionalmente criou os Flechas para garantir uma força de pesquisa de notícias dentro do TO e que conseguisse reconhecer zonas inóspitas. O SRT utilizou os seus Destacamentos para se espalhar pelo TO permitindo-lhe ouvir as transmissões inimigas, adicionalmente realizava empastelamento das transmissões. A Força Aérea desenvolveu a sua ação de fotografia aérea de forma sistemática e independente, permitindo a criação de cartas. No entanto, executava missões de reconhecimento aéreo sob pedidos do Exército, quer fossem de reconhecimento visual quer fossem de fotografia. Cada um destes órgãos tinha meios próprios específicos para pesquisar e desenvolveram o seu trabalho de forma coordenada. É importante realçar que dada a natureza subversiva deste conflito, o grande enfoque de pesquisa era na HUMINT, o que explica o maior volume de meios e forças que se centravam nesta área.

CONCLUSÕES

Explanam-se aqui as principais Conclusões do trabalho, respondendo à Questão Central do mesmo, e enunciam-se as limitações sentidas ao longo do trabalho e possíveis temáticas para futuros trabalhos na área.

Tendo em mente que qualquer conflito exige uma abordagem específica, e tendo em conta que no conflito em estudo a abordagem portuguesa foi, aplicando a sua doutrina, a criação de estruturas civis e militares que possibilitassem soluções abrangentes, realizando uma abordagem integrada. Esta abordagem exige a participação de vários atores pretendendo assim garantir um comando holístico a todos os escalões.

Tendo esta perceção e baseando-nos nas três aceções que o General Sousa Lucena levanta, e para responder à QC podemos dizer que as principais características do Modelo de Informações em Angola são:

Quanto à Organização demonstra entidades civis e militares que se entrecruzam e colaboram. Essa colaboração, além da atividade, é conseguida pela presença dos diversos representantes na Estrutura que apoiam. Cada entidade desempenha um papel bem definido: Pesquisa, Análise, Normalização e Fiscalização. Ainda que exista sobreposição das mesmas, o que garante a validação da Informação, mas sempre procurando racionalizar meios.

É possível afirmarmos que a criação desta estrutura de informações foi possível devido à flexibilidade demonstrada para responder às necessidades. A expansão das forças militares e consequentemente do SIM garantiu uma cobertura a todo o TO dos órgãos de pesquisa, mas o grande desenvolvimento da PIDE em Angola, bem como das suas forças específicas foi essencial. A perceção da necessidade de uma entidade centralizadora, de análise e difusão de Informações, deu origem aos SCCIA, o que permitiu um constante estudo integrado da evolução dos movimentos e dos apoios que recebiam. Tendo sido criada uma estrutura de comando civil-militar a todos os escalões, a Estrutura de Contra-Subversão,

foi criada para apoiar um Sistema de Informações que fiscalizava a atividade de informações de todas as entidades e garantia a normalização de documentos e processos.

Quanto à Atividade existe uma especialização dos órgãos, já demonstrada na Organização, e cada um deles participa ativamente em cada uma das fases do CPI. Dentro da Pesquisa, foi organizada por Disciplinas de Informações, garantindo uma especialização aos diversos Órgãos de Pesquisa.

A percepção de como o sistema estava integrado é dada pela forma como se operacionalizava o CPI, demonstrado assim que uma entidade dava tarefas de pesquisa a entidades civis e militares, sendo que estas tarefas eram adaptadas à orientação do nível de informações que cada um trabalhava. A colaboração e centralização desta atividade foi o que permitiu um sistema coeso e eficaz. É possível também perceber como a aceção Conhecimento era realizada com a produção de Relatórios de Informações, sob as suas diversas formas, garantindo assim uma imagem comum a todos da realidade. Tendo desenvolvido em detalhe a atividade de Pesquisa, descreveu-se a evolução das abordagens a essa mesma atividade, demonstrado as diferentes tipologias de abordagem que existiam consoante o órgão de pesquisa. Conseguiu-se dessa forma rentabilizar os meios existentes com vista a garantir um trabalho sistemático na recolha de notícias.

O modelo nacional corresponde assim aquilo que hoje em dia se diz ser a melhor abordagem à contra-subversão, a cooperação civil-militar, estando as “cabeças” em sintonia e coordenando estratégias conjuntas obtendo assim um comando holístico e que garanta uma abordagem compreensiva para possibilitar uma solução política através do uso dos seus meios civis e militares.

Para maximizar a possibilidade de sucesso este comando tem de ser apoiado por Informações que lhe garantam uma visão real do que se passa. É necessário perceber que as Informações não são um fim em si mesmo, servem o propósito de auxiliar o Comandante (a todos os escalões) na sua decisão e para maximizar o sucesso nas operações. Esta finalidade das Informações exige assim que ao estudar o Modelo de Informações em Angola, se enquadre segundo as estruturas criadas para fazer face à Subversão e entender a lógica subjacente ao mesmo.

As limitações para o presente trabalho prendem-se sobretudo com a dificuldade em encontrar fontes primárias, ao nível tático, que enquadrem na prática a ação de pesquisa e

análise realizadas. Sendo as Informações, uma área envolta num maior grau de segurança, é normal a não existência de tantas fontes que se foquem no assunto. Adicionalmente, e compreendendo o esforço que implica, a falta de catalogação da enorme quantidade de material existente no Arquivo Histórico Militar torna difícil uma pesquisa com sucesso. Entendendo o período conturbado que decorreu com o fim do conflito é perceptível a mistura de vários documentos enquadrados por uma catalogação errada, mas o Exército deve efetuar um esforço nesse sentido para permitir o aprofundamento do conhecimento sobre o último conflito de grande envergadura em que participou.

Quanto a futuros trabalhos propomos o desenvolvimento do estudo da atividade dos SCCIA, como entidade sobretudo de análise e estudo, a sua atividade não é de natureza tão visível mas é vital para uma correta interpretação e estudo das notícias recolhidas. Sendo assim dever-se-ia estudar a sua estrutura, componentes, evolução e atividade, bem como a evolução dos produtos que foi produzindo.

Bibliografia

- Abbot, P., & Rodrigues, M. (1988). *Modern African Wars: Angola and Mozambique (1961-1974)*. Londres: Osprey Publishing.
- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2005). *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2010). *Os anos da Guerra Colonial*. Lisboa: Quidnovi.
- Agostinho, F. (2011). *Guerra em Angola - As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria*. Lisboa: Academia Militar.
- Antunes, J. F. (1995). *A Guerra de África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bispo, A. (Dezembro de 2010). A Força Aérea Portuguesa durante as últimas campanhas do Império, 1954-1975. *Revista Militar*, 1377 - 1405.
- Braga, J. S. (Agosto/Setembro de 2011). Angola 1961/63: Da Logística às Informações. *Revista Militar*, pp. 979-994.
- Brandão, J. (2008). *Cronologia da Guerra Colonial*. Lisboa: Prefácio.
- Cann, J. P. (2012). *Counterinsurgency in Africa: The portuguese way of war 1961-1974*. Solihull: Helion & Company Limited.
- Cann, J. P. (2013). *The Flechas - Insurgent Hunting in Eastern Angola, 1965-1974*. Dorchester: Helion & Company.
- Cardoso, P. (2004). *As Informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, P. (2004). *As Informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva / IDN.
- CCFAA. (1972a). *Diretiva-Geral de Contra-Subversão para Angola*. Luanda: CCFAA.
- CCFAA. (1972b). *Directiva Geral "RAIO VERDE"*. Luanda: CCFAA.
- CECA. (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Enquadramento Geral (Vol. I)*. Lisboa: EME.

- CECA. (1990). *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*. Lisboa: EME.
- CECA. (1997). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Dispositivo das Nossas Forças Angola* (Vol. II). Lisboa: EME.
- CECA. (1998). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Aspectos da Atividade Operacional - Angola - Livro 1* (Vol. VI). Lisboa: EME.
- CECA. (2006). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974 - Aspectos da Atividade Operacional - Angola - Livro 2* (Vol. VI). Lisboa: EME.
- Corbal, A. (2011). Poder Aéreo no Ultramar - A Força Aérea em Angola 1961-Abril 1974. *Evocação do início das Operações de Contra-Insurreição em Angola (1961)* (pp. 18-50). Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Costa, J. E. (Setembro - Outubro de 1961). Informação e Contra-Informação militar em ambiente de Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia*, pp. 147-152.
- Cunha, J. L., Arriaga, K., Rodrigues, B., & Marques, S. s. (1977). *África - A Vitória Traída*. Lisboa: Intervenção.
- Duarte, P. M. (2002). *A Doutrina Militar Portuguesa de Contra-Subversão. Origens e Metodologia do Esforço do Exército face ao Conflito no Ultramar (1961-1974). Trabalho Individual de Longa Duração, Curso de Estado-Maior*. Pedrouços: IAEM.
- EME. (1966a). *O Exército na Guerra Subversiva - Generalidades* (Vol. I). Lisboa: EME.
- EME. (1966b). *O Exército na Guerra Subversiva - Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas* (Vol. II). Lisboa: EME.
- EME. (1966c). *O Exército na Guerra Subversiva - Acção Psicológica* (Vol. III). Lisboa: EME.
- EME. (1966d). *Reconhecimento Aéreo Visual das Forças Terrestres em Guerra Subversiva*. Lisboa: EME.
- EME. (1966e). *Regulamento de Campanha - Informações* (Vol. I). Lisboa: EME.

- EME. (1966f). *Regulamento de Campanha - Informações* (Vol. II). Lisboa: EME.
- EME. (1966g). *Técnica de Interrogatório em Guerra Subversiva*. Lisboa: EME.
- EME. (1967a). *Informações num Batalhão em Guerra Subversiva*. Lisboa: EME.
- EME. (1967b). *Instruções de Informação e Contra-Informação*. Lisboa: EME.
- EME. (2009). *PDE 2-00 Informações, Contra-Informação e Segurança*. Lisboa: EME.
- Felgas, H. (Outubro de 1963). Actuação do Comandante de Batalhão em Angola. *Revista Militar*, pp. 657-675.
- Felgas, H. (1968). *Guerra em Angola*. Lisboa: Gráfica Santelmo.
- Fraga, L. (Novembro de 2001). Súmula Histórica das Aviações Militares e da Força Aérea de Portugal. *Revista Militar*, 887-921.
- Fraga, L. (2014). *A Guerra Colonial*. Lisboa: UAL.
- Freire, J. M. (Maio-Junho de 1998). Dragões de Angola Fighting Insurgency from Horseback. *Armor*, pp. 36-40.
- Freire, J. M. (Junho de 2002). Dragoons of Angola. *Osprey Military Journal*, pp. 45-50.
- Garcia, F. P. (2003). *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Gentry, J. (Fevereiro de 2010). Intelligence Learning and Adaptation: Lessons from Counterinsurgency Wars. *Intelligence and National Security*, 50-75.
- Gonçalves, A. R. (2011). *A acção do General Costa Gomes como Comandante-Chefe em Angola (70-72). Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria*. Lisboa: Academia Militar.
- GRP. (1961). *Decreto n.º 43761*. Lisboa: Diário do Governo.
- GRP. (1963). *Diário da República Série 1 Número 41*. Lisboa: Governo Português.
- IESM. (2014). *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IESM.

- Jesus, J. M. (2015). *Espionagem e Contraespionagem em Portugal*. Lisboa: Edições 70.
- Kilcullen, D. (2009). *The accidental Guerrilla*. Londres: C. Hurst & Co.
- Kilcullen, D. (2010). *Counterinsurgency*. Londres: C. Hurst & Co.
- Kilcullen, D. (2013). *Out of the mountains*. Londres: C Hurst & Co.
- Kress, M., & R., S. (Maio - Junho de 2009). Why Defeating Insurgencies Is Hard: The Effect of Intelligence in Counterinsurgency Operations - A Best-Case Scenario. *Operations Research*, 578-585.
- Lauret, P. (2016). *Cavalaria*. Obtido em 18 de Maio de 2016, de Guerra Colonial 1961-1974: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=353>
- Lauret, P. (2016). *Força Aérea*. Obtido em 21 de Maio de 2016, de Guerra Colonial 1961-1974.
- Lerner, K., & Lerner, B. (2004). *Encyclopedia of Espionage, Intelligence, and Security*. Farmington Hills: Gale.
- Lucena, J. (Janeiro-Março de 1992). Tipologia e Hierarquização das Ameças - A Importância das Informações. Tipos de Sistemas de Informações. *Nação e Defesa*, 125-164.
- Marcos, D. (2012). NATO and the reorganization Portuguese Army Staff Corps instruction in the 1950's. *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*, Vol 37, pp. 130-145.
- Mateus, D. (2011). *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*. Lisboa: Terramar.
- Monteiro, A. R., Pais, M. J., Polho, J. L., & Louro, J. F. (2015). *A Função de Combate Informações na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974)*. Trabalho de Investigação de Grupo, Curso de Promoção a Oficial Superior. Pedrouços: IESM.
- Moreira, A. (2004). *Informações e Segurança - Estudos em honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio.

- NATO. (15 de Setembro de 2015). *Standardization*. Obtido em 1 de Maio de 2016, de NATO: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69269.htm
- Nunes, A. P. (2002). *Angola 1966-1974 Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Tribuna da História.
- Oliveira, H. (Dezembro de 1964). Guerra Subversiva - Subsídios para uma estratégia de reacção. *Revista Militar*, pp. 791-834.
- Oliveira, H. A. (1960). *Guerra Revolucionária*. Lisboa: Academia Militar.
- Pedro, P. J. (2003). *Sistema de Informações Militares. Contributos para a sua reestruturação e operacionalidade. Trabalho de Investigação Longa Duração, Curso de Estado-Maior*. Pedrouços: IAEM.
- Pimentel, I. F. (31 de Março de 2009). *Relações entre a PIDE/DGS e a CIA*. Obtido em 28 de Abril de 2016, de Caminhos da Memória: <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/03/31/relacoes-entre-a-pidedgs-e-a-cia/>
- Pinheiro, J. (1963). Natureza e fundamentos da guerra subversiva. *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*(Subversão e Contra-Subversão), pp. 13-45.
- Pinto, L. T. (2010). *As Unidades a Cavalo na Contra-subversão no Ultramar Português. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria*. Lisboa: Academia Militar.
- Pinto, R. (Junho de 1970). A Ação Psicológica Uma Arma de Combate. *Revista Militar* nº6, pp. 478-489.
- Pinto, R. (1997). Intelligence: The key to Counterinsurgency. *Contributions to War Studies - Memories of Portugal's African Wars, 1961-1974* (pp. 13 - 36). London: King's College.
- Pinto, R. (Abril de 2001). As Informações na Idade da Informação. *Revista Militar*, pp. 287-316.
- Ramos, R. P., & Silva, A. C. (Abril de 1968). Inter-Relação das Acções, Militar e Política, na Contra-Subversão. *Revista Militar* , pp. 226-273.

- Reis, J. N. (2011). *Guerra Subversiva. Lições Apreendidas e Contributos para o reajustamento da doutrina nacional. Trabalho de Investigação Individual, Curso de Promoção a Oficial General*. Pedrouços: IESM.
- Richards, J. (Janeiro-Junho de 2013). Intelligence, Counter-Insurgency and Reconstruction: Intelligence and International Cooperation In Afghanistan. *Inteligencia Y Seguridad: Revista de Análisis y Prospectiva*, 167-192.
- Rodrigues, L. N. (2008). *Marechal Costa Gomes*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rodrigues, L. N. (2012). “Preparing for the Next War”: the Portuguese Army Staff Corps and the Military Reforms on the eve of the Colonial Wars. *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*, Vol. 37, pp. 117-129.
- Saraiva, J. (2004). *História de Portugal - A Segunda República - De António Salazar ao Marcelismo*. Matosinhos: Quidnovi.
- Silva, A. (2010). *A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)*. Lisboa: Academia Militar.
- Sun-Tzu. (2002). *A Arte da Guerra*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Teamey, K., & Sweet, J. (Setembro-Outubro de 2006). Organizing Intelligence for Counterinsurgency. *Military Review*, 24-29.
- Teixeira, R. A. (2006). *Guerra de África - Angola*. Matosinhos: Quidnovi.
- UC. (2012). *Armamento Português*. Obtido em 20 de Maio de 2016, de Centro de Documentação 25 de Abril: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=armas>
- Valente, A. M. (2010). *Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) - A Escola Prática da Contraguerrilha Portuguesa em África*. Obtido em 1 de Maio de 2016, de Centro de Documentação 25 de Abril: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th17>
- Venter, A. J. (2013). *Portugal's Guerrilla Wars in Africa*. Solihull: Helion.
- Waals, W. S. (2011). *Guerra e Paz - Portugal/Angola*. Lisboa: Casa das Letras.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PORTUGAL EM 1961

Portugal, no início de 1961, ocupava uma área de cerca de 2168071 Km² que se prolongava por Portugal Continental, os Arquipélagos da Madeira e Açores no Atlântico, as Províncias Ultramarinas de Angola, Guiné, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em África, Macau, Goa, Damão e Diu na Ásia e Timor na Oceânia. Vigorava na época a 2^a República, regime político liderado pelo Doutor Oliveira Salazar, que governava apoiado na sua polícia política [PIDE] “...que ganhou a reputação de executar espionagem doméstica e política, e prender, deter e torturar dissidentes antigovernamentais.”⁶⁷ (Lerner & Lerner, 2004, p. 440) e no aparelho militar. Este regime assentava em valores conservadores, de direita, sendo que um dos aspetos centrais da sua doutrina era a unidade essencial do território, que advinha de aspetos históricos nacionais sendo exemplo disso, a divisa “Portugal não é um país pequeno” (Saraiva, 2004).

Com o fim da II Guerra Mundial, surge o conceito do direito de todos os povos à autodeterminação, implicando consequências para as colónias portuguesas (Afonso & Gomes, 2005). O crescimento dos ideais emancipalistas durante a década de 1950 veio embater na postura portuguesa, o que ainda agravou a posição colonialista portuguesa além-fronteiras. Desde 1955, com a entrada nas Nações Unidas e com a conferência de Bandung existiu um aumento da pressão por parte desta organização para os membros garantirem o direito à autodeterminação às suas colónias (Afonso & Gomes, 2005). Apoiada pelo relatório, que o Capitão Henrique Galvão elaborou sobre Angola em 1947, um grupo de nações sob a égide da União Soviética tentaram criar uma resolução condenando os países colonialistas, acusando-os de violarem direitos humanos e a Carta das Nações Unidas (Cann, 2012). O assunto discutiu-se ao longo dos anos chegando-se a um ponto crítico em 1960, vindo-se a agravar em 1961 com os levantamentos de Fevereiro em Angola, que levaram a que a questão de Angola fosse debatida em

⁶⁷ Tradução do autor de “...gained a reputation for domestic and political espionage, and the arrest, detainment, and torture of anti-government dissidents.”

Assembleia Geral, e onde os Estados Unidos da América (EUA) publicamente retiraram o seu apoio à política portuguesa, o que levou a uma crítica por parte do chefe de governo português, Portugal encontrava-se assim isolado dos seus principais aliados (Teixeira, 2006).

Além de fatores históricos, para justificar esta política, juntavam-se fatores económicos já que segundo Cann (2012), só nas vésperas da Guerra é que Portugal se apercebeu do verdadeiro potencial económico do território e reforçou os laços económicos com as províncias ultramarinas. Em 1961, com a subida ao poder de John Kennedy, o governo norte-americano, transmitiu oficialmente à embaixada portuguesa, o desacordo com a política colonialista (Garcia, 2003). Portugal sentia-se ofendido pelas posições dos seus aliados e via a sua posição incompreendida, segundo Cann (2012). “Portugal estava assim destinado a tornar-se um estado semi-pária, politicamente isolado tal como os seus vizinhos coloniais, a África do Sul e a Rodésia, e foi forçado a lutar a guerra que se aproximava de uma forma isolada.”⁶⁸ (Cann, 2012, p. 46).

⁶⁸ Tradução do autor de “Portugal thus was destined to become a semi-pariah state, politically isolated along with its colonial neighbours, South Africa and Southern Rhodesia, and was forced to fight the ensuing war hobbled by this isolation.”

APÊNDICE B – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA, GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA DE ANGOLA

Angola situa-se em África e é rodeada a Norte pela República do Zaire, a Este pela Zâmbia, a Sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Têm uma superfície de aproximadamente 1246314 km² e cerca de 4837 km de fronteira terrestre.

O seu relevo é caracterizado por 3 zonas distintas. Junto ao litoral por planícies e planaltos de reduzida altitude, uma zona montanhosa que percorre o centro do território e faz a ligação entre as planícies litorais e os planaltos de maior cota que são dominantes na zona do interior (Este) do território, nomeadamente o planalto do Malanje, Lunda, Bié, Moxico e Huíla. A altitude média do território é de 1000-1300 metros, sendo o seu ponto mais alto o morro de Moco (2620 metros).

Os principais cursos de água são o Rio Zaire e Zambeze. Apesar de terem alguns afluentes, estes cursos de água não permitem grande navegabilidade, já que o reduzido caudal e/ou combinado com o relevo não permite a sua utilização para embarcações.

A maioria da população negra pertencia à etnia dos Bantos, existindo todavia outros grupos étnicos como os Hotentotes, os Bosquímanos e os Vátuas.

Portugal inicia a sua presença em Angola desde o tempo dos Descobrimentos, com a chegada de Diogo Cão em 1483. Desenvolvendo a partir daí entrepostos comerciais na região, ao longo dos tempos Portugal foi aumentando a sua presença na zona e expandido a sua influência. Em 1885, na Conferência de Berlim, Portugal garante a sua soberania sobre o Território, tendo mais tarde e na sequência da Questão do Mapa Cor-de-Rosa em 1890, sido definida as fronteiras atuais do Território.

A grande alteração no território vem após a 1ª Guerra Mundial, quando se renova a aposta nas colónias, nomeadamente com planos de fomento e desenvolvimento das estruturas existentes na região.

Em 1930, com a promulgação do Acto Colonial e a Constituição de 1933, o Estado Novo volta a virar a sua atenção para as colónias, nomeadamente Angola, procurando

melhorar as infraestruturas e garantir um aumento da exploração de recursos e posterior exportação dos mesmos.

Em 1953, a publicação da Lei Orgânica do Ultramar Português, criada devido a pressões internacionais, leva a que a expressão Império Colonial Português seja abolida [originária no Acto Colonial de 1930] e as Colónias passam a denominar-se Províncias Ultramarinas, passando assim Angola a ter esse estatuto.

Em 1961, Angola era uma Província Ultramarina governada por um Governador-Geral, o Dr. Álvaro Rodrigues da Silva Tavares, que prestava contas ao Ministro do Ultramar. A Província dividia-se em 15 Distritos (Zaire, Uíge, Luanda, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Malange, Lunda, Moxico, Bié, Huambo, Benguela, Moçâmedes, Huíla, Cunene, Cuando-Cubango) e ainda o território de Cabinda que é exterior ao território. Os distritos eram por sua vez constituídos pelos concelhos e circunscrições, o nível mais baixo de organização administrativa era representando pelos postos administrativos.

APÊNDICE C – CONFLITO EM ANGOLA E MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS

O conflito em Angola inicia-se a 15 de Março de 1961 com os ataques de forças da UPA na zona Noroeste de Angola. Estes ataques inicialmente sem resposta, foram apenas opostos por forças de civis, “Cercados em pequenas povoações [...] escreveram páginas do mais belo heroísmo.” (Felgas, 1968, p. 219), e pela utilização das poucas forças militares na província que procuram ajudar a retirada dos civis da região.

Portugal respondeu com o envio de militares para a província e com uma operação em larga escala [Operação Viriato] que culmina com a reconquista de Nambuangongo a 9 de Agosto de 1961 (cerca de 5 meses após os ataques iniciais). Para esta operação foi constituída a Zona Sublevada do Norte (ZSN). Iniciava-se assim o conflito em Angola, na qual Portugal enfrentou 3 movimentos distintos.

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) foi criada em 1962, sucessora da UPA que tinha uma conotação fundamentalmente tribal (Afonso & Gomes, Guerra Colonial, 2005). O seu principal líder foi Holden Roberto. Inicialmente, ainda como UPA procurou a independência de Cabinda mas evolui para o combate armado em Angola, constituindo o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), que foi reconhecido imediatamente por vários países africanos e pela Organização da União Africana (OUA), e posteriormente o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), que se constitui como o braço armado do movimento (Nunes, 2002). Recebendo desde o início da sua atividade um forte apoio da República do Congo, onde o seu líder Holden Roberto se encontrava (Freire, 1998). Devido à localização das suas bases de apoio, desenvolveu a sua ação inicialmente no Norte de Angola, tendo sido essa a sua principal AOp. Os seus apoios foram sobretudo de países capitalistas, nomeadamente os EUA, que com reuniões públicas dos seus embaixadores em Léopoldville⁶⁹ garantiram visibilidade ao movimento e pressionaram Portugal e as suas políticas colonialistas (Agostinho,

⁶⁹ Léopoldville é a atual cidade de Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, tendo alterado o seu nome em 1966.

2011). Fruto deste movimento ter uma orientação ideológica capitalista e ocidental, tornou impossível um possível acordo com os outros movimentos de libertação com vista a uma possível aliança contra as forças portuguesas. Ao longo do conflito, existiram confrontos com o MPLA o que impediu uma expansão da sua AOp, e que combinado com a ação das forças portuguesas levou a que progressivamente o movimento fosse perdendo a sua força inicial (CECA, 2006). Em 1970 procurou surpreender as forças portuguesas através da infiltração de forças no Norte, Nordeste e Leste procurando recuperar a preponderância no conflito, tendo estas forças encontrado forte resistência por parte dos portugueses e por forças do MPLA (CECA, 2006). Em 1974 encontrava-se contido nos seus enclaves no Norte de Angola, "...a sentir os efeitos [...] do ataque que contra ela desenvolvíamos e podia admitir-se que viesse a sofrer grave colapso..." (Cunha, Arriaga, Rodrigues, & Marques, 1977, pp. 182-183), tendo perdido o seu papel inicial de preponderância na luta pela independência.

O MPLA forma-se, segundo Gomes e Afonso (2005), em Dezembro de 1956 fruto da fusão do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) e o Partido Comunista de Angola (PCA), em Luanda. Desde o início da sua formação têm uma tendência marxista e é composto por intelectuais radicais e por elementos do povo Ovimbundu (Freire, 1998). Na sua fase inicial, a sua evolução é lenta, fruto da ação policial portuguesa. Com o início das hostilidades em Março de 1961, pela UPA e o apoio dado pelo Congo a esta organização, transfere as suas bases para Léopoldville procurando uma aproximação à UPA (Afonso & Gomes, 2010). Devido às diferentes ideologias destes movimentos, esta relação foi complicada e veio a ser agravada com a chegada de Agostinho Neto e a sua subida à liderança do MPLA (Silva, 2010). O conflito entre o MPLA e a FNLA, mesmo após uma conferência promovida pela OUA para garantir um acordo entre as partes, levou à expulsão do Congo e uma mudança das suas bases para a República do Congo, país que se tinha recentemente tornado independente e seguia uma linha marxista (Abbot & Rodrigues, 1988). Dada a sua orientação ideológica, o MPLA recebeu importantes apoios por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Cuba, tanto a nível de armamento e equipamento, como treino e doutrina subversiva (Nunes, 2002). Inicia as suas movimentações armadas contra o enclave de Cabinda em 1963. Sem obter grande sucesso em Cabinda, e com o apoio da Zâmbia, Tanzânia e da China (Venter, 2013), partir de 1965 procurou abrir uma frente em território angolano, na Zona Leste. Desenvolvendo operações com algum sucesso até 1970, procura

ligar-se a partir desta zona com as suas forças a Norte, tendo as forças portuguesas a partir de 1971 recuperado a iniciativa nesta Zona. No final do conflito afigurava-se como o principal movimento de libertação, no entanto “...estava destroçado e não se previa a possibilidade da sua recomposição a curto prazo.” (Cunha, Arriaga, Rodrigues, & Marques, 1977, p. 182).

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) surge em 1966, fundada no interior de Angola por Jonas Savimbi (Brandão, 2008). A criação deste movimento surge após o rompimento do seu fundador com a FNLA, devido a divergências com Holden Roberto. Jonas Savimbi que se tinha envolvido desde a sua juventude na luta anticolonialista, inicia a sua luta no FNLA, tendo chegado a ser Secretário-geral e no momento da sua dissidência ocupava o cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros do GRAE (Nunes, 2002). Savimbi cria as suas forças na zona Leste do território, nomeadamente no Moxico, e recebe apoios da China (Freire, 2002). A Zâmbia garante-lhe também apoio, tendo algumas bases no seu território, sendo o apoio sobretudo logístico, o que retirou a possibilidade da existência de santuários fora de território angolano (Abbot & Rodrigues, 1988). Iniciou a sua atividade armada em 1966 e desenvolveu sobretudo ataques às colunas logísticas e aos caminhos-de-ferro, sobretudo por ter um número reduzido de efetivos e material. Devido às diferenças com o MPLA, apresenta-se como uma força opositora, no desenvolvimento de operações deste movimento no Leste (Nunes, 2002). Com o aumento das forças do MPLA e a subsequente resposta portuguesa, e existindo a possibilidade de lutar em duas frentes, Jonas Savimbi percebe a necessidade de alterar a sua situação, o que resulta num acordo de cessar-fogo com as forças portuguesas em 1972, sob a égide do General Costa Gomes (Gonçalves, 2011). O acordo assentava na garantia de que as forças portuguesas não interviriam no território controlado pela UNITA [na área dos rios Lungué-Bungo] e que apoiariam com material o movimento, a troco de a UNITA não atacar forças portuguesas, combater o MPLA na região e garantir informações para os portugueses (Rodrigues L. N., 2008). Este acordo manteve-se até Setembro de 1973, tendo caído devido à alteração dos comandantes portugueses⁷⁰ e porque a situação se tinha alterado favoravelmente às forças portuguesas com a diminuição das zonas de influência do MPLA, bem como do seu potencial na região. Com o fim do acordo, a UNITA viria também a sofrer pesadas

⁷⁰ Saída do General Costa Gomes a 19 de Agosto de 1972 para CEMGFA e saída do General Bettencourt Rodrigues em Setembro de 1973 para Governador-Geral da Guiné

quebras no seu dispositivo, reduzindo significativamente a sua capacidade. Em 1974 executava ataques esporádicos sobre populações, mas sempre a uma distância prudente das suas bases, já que “... tinha possibilidades muito reduzidas e estava já a ressentir-se seriamente do forte ataque desencadeado contra ela.” (Cunha, Arriaga, Rodrigues, & Marques, 1977, p. 183)

APÊNDICE D – CONSTITUIÇÃO CONSELHOS DA ESTRUTURA DE CONTRA-SUBVERSÃO

A Estrutura de Contra-Subversão estava hierarquizada em Conselhos, sendo assim e para entender o seu funcionamento a todos os escalões importa indicar os participantes nesses Conselhos. Existindo a percepção de que alguns temas eram críticos e não deveriam ser discutidos com todos os membros (sobretudo a nível dos Conselhos Distritais) foram criadas duas modalidades de reuniões, a Plenária, com todos os membros, e a Restrita, com os indispensáveis para a mesma.

O Conselho Provincial de Contra-Subversão era constituído, segundo a CECA (2006), por:

- Na sua reunião Plenária por:
 - Governador-geral
 - Comandante-Chefe
 - Secretário Geral
 - Secretários Provinciais
 - Comandantes dos três Ramos das FA
- Na sua reunião Restrita (reunia uma vez por mês) por:
 - Governador-geral
 - Comandante-Chefe
 - Secretário Geral
 - O mais antigo dos Comandantes dos três Ramos das FA
- Qualquer um dos tipos de reuniões poderiam ser complementados por elementos que fossem necessários

Os Conselhos Distritais de Contra-Subversão eram constituídos, segundo a CECA (2006), por:

- Na sua reunião Plenária por:
 - Governador do Distrito (Presidente)
 - Comandante do Setor do Exército
 - Adjunto do Governador do Distrito
 - Presidente da Câmara Municipal da Sede do Distrito
 - Administrador do Concelho Sede
 - Chefe da Repartição Distrital de Saúde
 - Diretor Escolar Distrital
 - Inspetor Escolar da Zona
 - Comandante Distrital da PSP
 - Diretor Regional de Estradas
 - Chefe de Repartição Distrital dos Serviços Agrícolas e Florestais
 - Chefe de Repartição Distrital do Serviço de Veterinária
 - Adjunto Distrital da Organização Provincial Voluntária de Defesa Civil de Angola
 - Chefe da Secção Distrital dos SCCIA
 - Delegado da Mocidade Portuguesa (Masculino e Feminino)
 - Comandante da Defesa Marítima (quando existir)
- Na sua reunião Restrita por:
 - Governador do Distrito
 - Comandante do Setor do Exército
 - Adjunto do Governador do Distrito
 - Chefe de EM do Setor

Os Conselhos Locais não tinham uma orgânica definida, devido à diversidade das mesmas, sendo a sua orgânica definida mediante as Comissões Distritais às quais estavam subordinadas.

Devido a ser um caso especial, importa referir o Conselho Especial de Contra-Subversão, que abrangia a área da ZML, tendo esta uma orgânica própria. Este Conselho era assim constituído, segundo a CECA (2006), por:

- Comandante da ZML (Presidente)
- Governadores dos Distritos abrangidos pela ZML
- Comandantes Adjuntos dos três Ramos das FFAA na ZML
- Comandantes dos Setores da ZML
- Chefe de EM da ZML (Secretário)

APÊNDICE F – SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ANGOLA COM FUNÇÃO DESEMPENHADA NO CPI

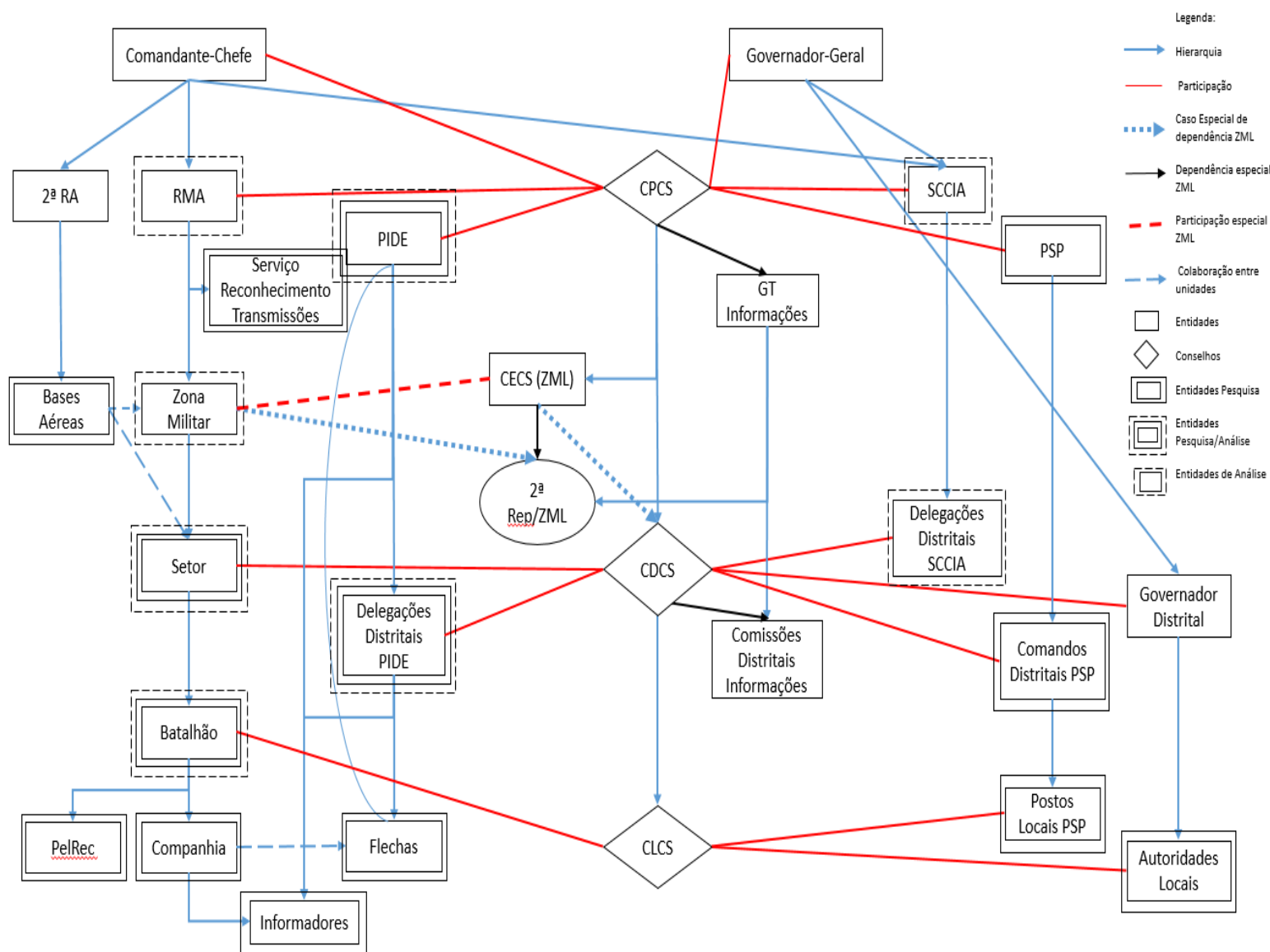


Figura 2 - Sistema de Informações em Angola com Função da entidade

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE G – RELAÇÃO ENTRE EEI E RESPOSTAS OBTIDAS PELO AGRUPAMENTO RAI0 NA OPERAÇÃO ROJÃO

Tabela 1 - Relação entre EEI e respostas obtidas

Fonte: Elaboração Própria

Relação entre EEI e respostas obtidas – Agrupamento RAI0	
EEI	Resposta aos EEI
O In procura o contacto?	“... o In tentou furtar-se sistematicamente ao contacto com as NT.” (CECA, 2006, p. 375)
O In é muito numeroso e agarra-se ao terreno?	“O “Esq Sakembo”, com cerca de 50/60 elementos, adoptou um procedimento de fuga...” “...o “Esq Vitória”, com 90 a 100 elementos [...] inicialmente resistiu fortemente [...] Na continuação da acção, porém, e face às baixas sofridas, nomeadamente de chefes, o In encetou a retirada e, posteriormente, entrou para a Zâmbia.” (CECA, 2006, p. 375)
O In, com especial incidência para o “Esquadrão Vitória”, mantém-se em força nos Setores 4 e 7 da Zona A/III RM? Caso afirmativo, onde e com que meios?	“...o “Esq Vitória”, com 90 a 100 elementos [...] inicialmente resistiu fortemente com armas automáticas e armas de apoio (morteiros, bazookas e RPG) [...] Na continuação da acção [...] encetou a retirada e, posteriormente, entrou para a Zâmbia.” (CECA, 2006, p. 375)
Haverá outros esquadrões na área, em reforço?	“Quanto à situação do IN [...] emitiu a opinião de que teria abandonado quase por completo as suas áreas de ocupação tradicionais, sendo obrigado a refugiar-se noutras de mais difícil acesso.” (CECA, 2006, p. 375)
O In mantém populações sob controlo, em número significativo?	[O In] “Teria ficado em graves dificuldades de comando e alimentação o que começou a provocar dissidências entre os chefes guerrilheiros e atritos com as populações.” (CECA, 2006, p. 375)

APÊNDICE H – FASE DE PROCESSAMENTO DE NOTÍCIAS DO CPI

Tabela 2 - Fase de Processamento de Notícias do CPI

Processamento de Notícias	Registo					
	Estudo	Pertinência (Determinar o Valor da Notícia)	É uma notícia sobre o Inimigo ou sobre as características da AOp?	ESQUEMA RC INFORMAÇÕES CAP VI pg 5 – relação de Oportunidade para as Operações	Classificação das Notícias Combinação da Classificação das Fontes com a Classificação de Verosimilhança (esta combinação é independente do valor de uma e outra classificação) Exemplo : A2 – Notícia provavelmente verdadeira, de uma fonte absolutamente Segura D6 - Notícia cuja verosimilhança não pode ser determinada, de uma fonte normalmente não segura	
			É uma notícia que requer difusão imediata? Em caso afirmativo, a quem?			
			É uma notícia de valor atual ou futuro? Em caso afirmativo, a quem?			
		Grau de Confiança (Determinar a confiança no órgão de pesquisa)	Até que ponto a origem é segura e digna de confiança?	Classificação das Fontes: A – Absolutamente Seguro B – Normalmente Seguro C – Razoavelmente Seguro D – Normalmente não Seguro E – Não Seguro F – Não pode ser apreciado		
			O órgão de pesquisa tem instrução suficiente, experiência e possibilidade para relatar com precisão a notícia obtida?			
			Nas condições de momento – tempo, espaço e meios empregues – a notícia podia ter sido obtida?			
		Verosimilhança (Determinar o grau de verdade da notícia)	É possível o facto ou acontecimento?	Classificação de Verosimilhança: 1 – Notícia confirmada por outras origens 2- Notícia provavelmente verdadeira 3- Notícia possivelmente verdadeira 4- Notícias duvidosa 5- Notícia de verosimilhança improvável 6- Notícia cuja verosimilhança não pode ser determinada		
			O conteúdo da notícia é coerente?			
			A notícia é confirmada ou corroborada por outra ou outras notícias de origem ou órgão diferente?			
			Em que aspetos a notícia concorda ou diverge de outras notícias já obtidas e relativas ao mesmo assunto, particularmente notícias conhecidas como corretas?			
			Se a notícia difere das notícias provenientes de outra origem ou órgão de pesquisa e se os pontos em oposição não podem conciliar-se, qual das notícias têm maior probabilidade de ser correta?			
	Interpretação	Análise				
Integração						
Dedução de Conclusões						

Fonte: Elaboração Própria baseado no RC Informações 1966

APÊNDICE I – ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA DE NOTÍCIAS POR DISCIPLINAS DE INFORMAÇÕES EM ANGOLA

Tabela 3 - Disciplinas de Informações com as suas respectivas Origens de Notícias, Órgãos de Pesquisa e Análise

<i>Fase do CPI</i>	<i>Pesquisa</i>		<i>Processamento de Notícias</i>
<i>Disciplina de Informações</i>	<i>Origem Notícias</i>	<i>Órgãos de Pesquisa</i>	<i>Órgãos de Análise</i>
HUMINT	<i>População</i>	<i>Companhias</i>	<i>Batalhão-RMA</i>
	<i>Pessoal Capturado (Interrogatórios)</i>	<i>Companhias</i>	<i>Setor-RMA PIDE</i>
	<i>Documentos Capturados</i>	<i>Companhias</i>	<i>Batalhão - RMA SCCIA</i>
	<i>Elementos Descontentes</i>	<i>Companhias PIDE</i>	<i>SCCIA PIDE</i>
	<i>Informadores</i>	<i>Companhias PIDE</i>	<i>PIDE SCCIA</i>
	<i>Patrulhas</i>	<i>Companhias Esquadrões a Cavalo Flechas (PIDE)</i>	<i>Batalhão-RMA PIDE SCCIA</i>
	<i>Reconhecimentos Visuais Aéreos (RVIS)</i>	<i>Força Aérea</i>	<i>Setor-RMA</i>
SIGINT	<i>Transmissões Inimigas</i>	<i>SRT</i>	<i>RMA SCCIA</i>
IMINT	<i>Fotografias Aéreas</i>	<i>Força Aérea</i>	<i>Setor-RMA SCCIA</i>
TECHINT	<i>Material/Equipamento Capturado</i>	<i>Companhias Flechas</i>	<i>Setor – RMA SCCIA</i>

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE J – MODELO DE ANÁLISE

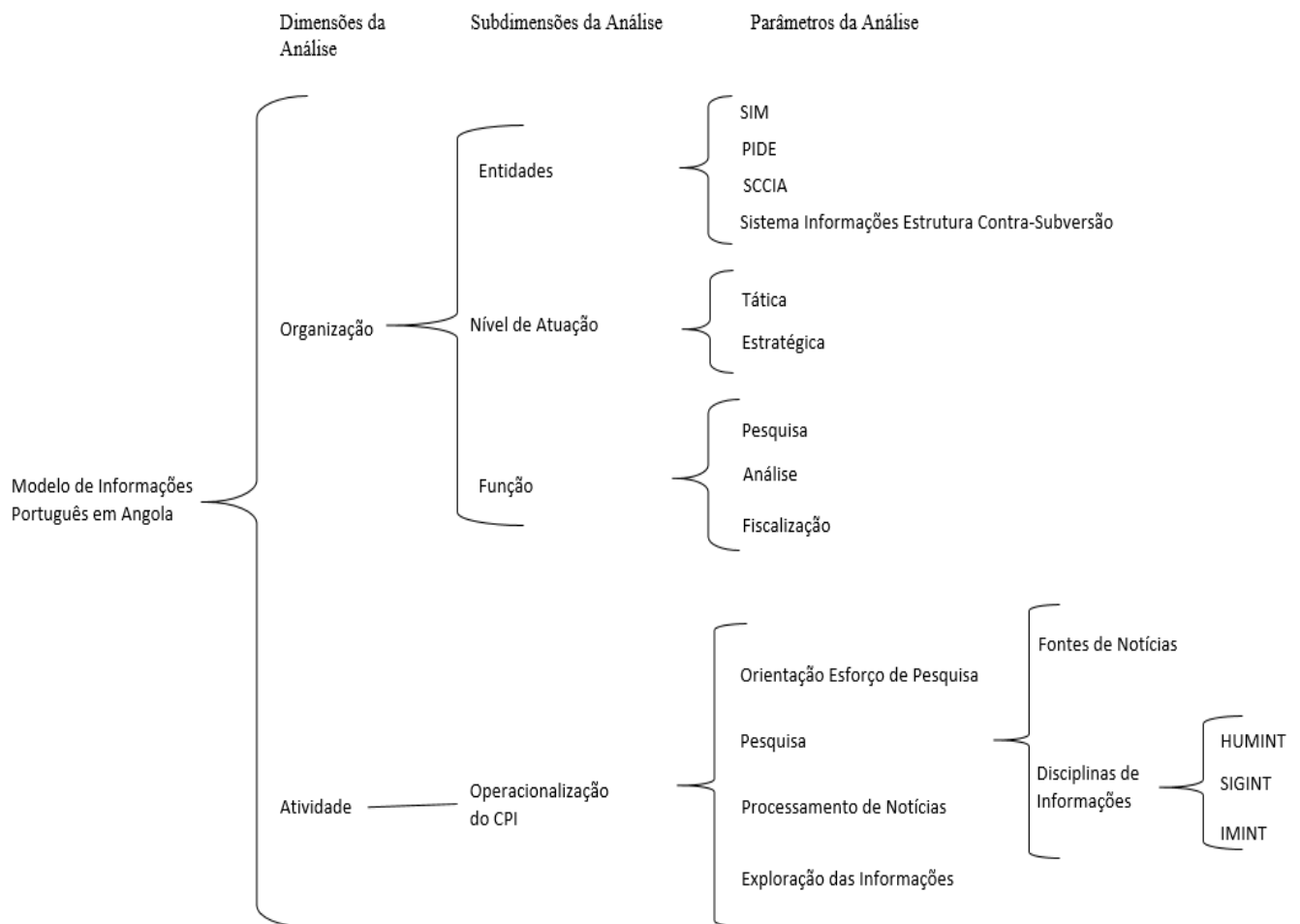


Figura 3 - Modelo de Análise do Estudo

Fonte: Elaboração Própria